

Edinilson Correia da Costa

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO TRÁFICO E DO USO DE DROGAS NAS CIDADES
DE SÃO JOÃO DEL-REI E SANTA CRUZ DE MINAS NO PERÍODO DE 2006 A 2010**

Belo Horizonte
Academia da Polícia Militar
2011

Edinilson Correia da Costa

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO TRÁFICO E DO USO DE DROGAS NAS CIDADES
DE SÃO JOÃO DEL-REI E SANTA CRUZ DE MINAS NO PERÍODO DE 2006 A 2010**

Monografia apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Academia da Polícia Militar de Minas Gerais como requisito para aprovação no Curso de Especialização em Segurança Pública da PMMG (CESP 2011).

Orientador: Eduardo Cerqueira Batitucci
Professor da Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte
Academia da Polícia Militar
2011

Dedico este trabalho a todos os meus familiares, com quem tenho o prazer de compartilhar esta grande vitória.

Aos militares e companheiros do 38º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, agradeço.

Aos meus pais João Luiz e Maria do Carmo, que me ensinaram os bons caminhos da vida e a ser honesto acima de tudo.

Aos meus filhos Patrick, Pamela e João Emanuel, que são motivos de minha inspiração na vida.

A minha esposa Simone, que me apoiou nos momentos difíceis do percurso.

Ao meu orientador Professor Eduardo Batitucci, que aceitou prontamente o desafio de conduzir-me nesta caminhada.

Ao professor Rogério da UFSJ que auxiliou nas correções gramaticais.

Ao Sr. Comandante do 38º BPM, Ten.-Cel. Alan Elias da Silva, pelo apoio e disponibilização da Unidade para auxiliar nesta pesquisa.

E aos Oficiais e Praças do 38º BPM e da APM, que auxiliaram no desenvolvimento deste trabalho.

E o meu Deus enviou o seu anjo e ele
fechou a boca dos leões. (Daniel 6:11)

RESUMO

O comércio ilegal de drogas, denominado tráfico de drogas, se transformou em um dos maiores ou senão o maior problema de segurança pública no Brasil e em grande parte do mundo. Coordenado por facções organizadas, possui estrutura empresarial que lucram altas cifras. Esse mercado ilegal, mas rendoso, tem provocado disputas por controle de pontos de drogas e registrado números alarmantes de homicídios. Conforme alega Túlio Kahn, o tráfico também pode ser responsável por outros delitos, principalmente os crimes contra o patrimônio, que ocorrem para bancar o vício do usuário ou para arrecadação de recursos, a fim de que traficantes possam investir na compra de entorpecentes. Para fazer frente a esse delito penal, as instituições policiais e outros órgãos do sistema de defesa social, tais como o Poder Judiciário (PJ) e o Ministério Público (MP), têm necessidade premente de agir com eficiência e dinamismo, a fim de levar à prisão indivíduos envolvidos com o tráfico de drogas. Para garantir à sociedade a Paz Social, os órgãos citados, juntamente com a comunidade, têm unido esforços para fazer frente ao crescimento da escalada criminal. Este trabalho científico tem como destinação promover uma análise da evolução dos crimes de uso e tráfico de drogas ilegais nas cidades de São João del-Rei e Santa Cruz de Minas entre os anos de 2006 e 2010. Para subsidiar o desenvolvimento deste trabalho, realizaram-se levantamentos bibliográficos e documentais, e, como pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com autoridades da Polícia Civil, do Poder Judiciário e do Ministério Público. Para a demonstração da evolução, buscaram-se as bases de dados estatísticos da PMMG das cidades abordadas no trabalho.

Palavras-chave: droga, tráfico, uso de drogas, crimes, sociedade.

ABSTRACT

The illegal trade in drugs called drug trafficking has become one of the largest if not the biggest or problem of public security in Brazil and much of the world. Coordinated by factions have organized business structure and high profit figures. This market is illegal, but profitable has caused disputes over points of control for drugs and recorded alarming numbers of homicides. Some scholars argue that trafficking may also be responsible for other crimes mainly property crimes that occur to fund the addiction of the user or to raise funds for traffickers to invest in the purchase of drugs. To deal with this crime criminal police institutions and other organs of social defense system, such as the judiciary and prosecutors, have an urgent need to act with efficiency and dynamism to lead to arrest individuals involved in drug trafficking. Society to ensure social peace, the organs mentioned above along with the community has joined efforts to cope with the escalating growth of criminal. This scientific work is to promote a destination analysis of the evolution of the crimes of trafficking and use of illegal drugs in the cities of São João del-Rei and Santa Cruz de Minas in periods between 2006 and 2010. To support the development work was carried out bibliographic and documentary, and how field research was conducted interviews with officials of the Civil Police, the Judiciary and Public Prosecution. For the demonstration of evolution sought to the statistical databases of PMMG cities covered in the work.

Key-words: drug, trafficking, drugs use, crimes, society.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 EMBASAMENTO TEÓRICO	10
2.1 Droga e a teoria cultural sobre seu uso	11
2.2 Droga e a teoria social e econômica sobre o seu uso	14
2.3 Drogas e a teoria medicinal e psicológica sobre o seu uso	18
2.4 Droga e a esfera legal sobre o seu uso	23
3 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	28
3.1 Características urbanas e socioeconômicas das cidades estudadas	28
3.2 Apresentação de dados do fenômeno de uso e do tráfico drogas nas cidades de SJDR e SCM	33
3.3 Evolução social do fenômeno	38
3.4 O tratamento do usuário em SJDR	39
4 PREVENÇÃO CRIMINAL AOS DELITOS NAS CIDADES EM ESTUDO	44
4.1 Prevenção e repressão ao uso e tráfico de drogas nas cidades de SJDR e SCM	44
4.2 Dados estatísticos de SJDR e SCM	45
5 METODOLOGIA DA PESQUISA	48
5.1 Tipo de pesquisa	48
5.2 Natureza da pesquisa	48
5.3 Técnicas de pesquisa	48
5.4 Objetivos	49
5.5 Objeto da pesquisa	50
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	52
6.1 Análise dos dados estatísticos da base de dados da PMMG.....	52
6.2 Análise das entrevistas com autoridades	55
6.3 Análise comparativa da evolução quantitativa dos crimes em estudo e de outros delitos	61
6.4 Envolvimento da comunidade.....	67
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	73
ANEXOS	76

1 INTRODUÇÃO

O combate ao tráfico de drogas¹ tem sido alvo de debates no mundo inteiro, pois tem proporcionado gastos elevados e alcançado resultados inexpressivos. Para interpretar esse fenômeno nas cidades de São João del-Rei (SJDR) e Santa Cruz de Minas (SCM), será feita uma análise dos crimes relacionados às drogas.

Delimitou-se o tema nessas cidades pelo fato de SJDR ser a sede do 38º BPM e com características capazes de proporcionar uma análise bem detalhada. SCM foi inserida neste estudo por ser conurbada a SJDR, conforme Anexo 3 pag 89, característica que oferece um estudo unificado.

O período foi delimitado entre os anos de 2006 e 2010, para contemplar o estudo após a implantação do 38º Batalhão, proporcionando um estudo do impacto da elevação da categoria operacional da Polícia Militar (PM) na área.

O objetivo geral desta pesquisa é avaliar o fenômeno e a evolução das ocorrências de uso e tráfico de drogas nas cidades de SJDR e SCM no período de 2006 a 2010.

São objetivos específicos verificar se as ocorrências de combate às drogas proporcionaram o aumento ou a diminuição de outros delitos interligados e analisar a influência das características turística e universitária nos registros de ocorrências desses delitos.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, de natureza qualitativa e quantitativa, para a qual se realizou busca aos bancos de dados da PM e realização de entrevista com autoridades do Poder Judiciário (PJ), Ministério Público (MP) e Polícia Civil (PC), com aplicação de perguntas específicas sobre as ocorrências com drogas e a interação entre os órgãos do sistema de defesa social. Como técnica de pesquisa, utilizaram-se pesquisas documental e bibliográfica.

Justifica-se este estudo pelo fato da cidade de SJDR, localizada na região das Vertentes do Estado, possuir características que facilitam o consumo e o tráfico de drogas. A cidade é um grande centro universitário e referencial turístico no contexto nacional. A localização geográfica da cidade, que se localiza entre os três grandes centros do Sudeste – São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte –, é uma

¹ A palavra droga provavelmente deriva do termo holandês *droog*, que significa produtos secos, e servia para designar, do século XVI ao XVIII, um conjunto de substâncias naturais utilizadas, sobretudo, na alimentação e na medicina. Mas o termo também foi usado na tinturaria ou como substância que poderia ser consumida por mero prazer.

situação peculiar que a transforma em uma rota potencial do tráfico de drogas e de distribuição para as cidades vizinhas.

Com ênfase calcada em intervenções de conteúdo preventivo com envolvimento e participação das comunidades, a Polícia Militar encontra um cenário de dificuldade, onde a elevada quantidade de crime e a violência clamam por intervenções imediatas também de cunho repressivo. Não obstante o caráter preventivo voltado para as filosofias de Direitos Humanos e Polícia Comunitária, urge a necessidade de se fazer frente e combater mais incisivamente o crime de tráfico de drogas e os demais interligados a ele.

Verifica-se ainda não haver nenhum estudo sobre o assunto na área do 38º Batalhão.

Vale ressaltar que a Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.03/2010 – CG, DPSSP 03 traz orientações de condutas operacionais quanto ao assunto internamente na Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).

O enquadramento do tema da pesquisa sugerido alinha-se à matriz curricular nacional na área temática de “Violência, Crime e Controle Social”, nas subdivisões jovens em conflito com a lei e tráfico de drogas.

O tema sugerido se alinha com os Objetivos Estratégicos 1 e 7 do Plano Estratégico da PMMG (2009-2011), que estabelece: “Objetivo 1” – *Reduzir a violência, a criminalidade, a desordem e a sensação de insegurança, nas áreas urbanas, rurais e nas rodovias*; Objetivo 7 – *Desenvolver a gestão operacional focada na prevenção criminal, garantia das liberdades e direitos fundamentais*”.

Diante dessa situação, torna-se relevante um estudo da evolução dos crimes de tráfico e uso de drogas no período a ser analisado. Com estratégias voltadas a combater os crimes de tráfico e uso de drogas, abordar-se-á, concomitantemente, um estudo do combate aos crimes motivados pela droga, entre eles os crimes contra a vida e contra o patrimônio.

Deseja-se verificar se essa evolução tem oferecido resultados eficientes na contenção do tráfico de entorpecentes e ao mesmo tempo verificar a evolução de outros delitos que podem ter interligação criminal.

Para melhor interpretação do trabalho, este foi dividido em sete seções que facilitam a análise e a compreensão do fenômeno. A primeira seção é esta introdução.

Na seção 2, encontra-se o embasamento teórico, com a finalidade de buscar teorias contemporâneas de autores recentes que abordam teorias culturais, sociais, antropológicas, psicológicas, medicinais, jurídicas e econômicas relacionadas com o fenômeno de uso e de tráfico de drogas.

A seção 3 aborda a caracterização do objeto de estudo, em que se busca apresentar dados estatísticos sociais e criminais para a formulação de respostas sobre o estudo.

Na seção 4, aborda-se a prevenção criminal aos delitos nas cidades em estudo, com apresentação de dados que apontam estatisticamente os resultados obtidos no período analisado.

A seção 5 apresenta a metodologia da pesquisa utilizada para o desenvolvimento do estudo e, na seção 6, encontra-se a análise dos resultados da pesquisa, na qual será apresentada uma abordagem dos dados obtidos junto ao banco de dados da PM e das respostas da entrevista direcionada às autoridades do sistema de defesa social.

A conclusão está inserida na seção 7 e serão feitas as considerações finais, nas quais se apresentam as conclusões do presente estudo e observações de situações que podem ser implantadas para melhorar as estratégias a serem implementadas no combate ao tráfico e ao uso de drogas ilícitas.

Como última seção, têm-se as referências utilizadas na produção deste trabalho e um apêndice, que contém o modelo de entrevista aplicada aos integrantes da Polícia Civil (PC) do Poder Judiciário (PJ) e do Ministério Público (MP), além de outros conteúdos interessantes para melhor compreensão do estudo realizado.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Nesta pesquisa, buscar-se-ão teorias de autores contemporâneos, como: Luiz Flávio Sapori, Regina Medeiros, Frederico Policarpo de Mendonça Filho, Antônio Luiz Paixão, Alba Zaluar, Suely F. Delandes e outros. Legislações vigentes e trabalhos acadêmicos que versam sobre o tema de estudo serão utilizados.

Serão abordadas, como base teórica, as teorias sociais, antropológicas, culturais, psicológicas, medicinais, jurídicas e econômicas que possam ter relação com o fenômeno de uso e de tráfico de drogas.

Observa-se que os órgãos integrantes do sistema de defesa social têm encontrado em todo o Brasil sérias dificuldades de combate à violência e assistido a um crescimento da perturbação da paz social, que têm causado pânico à população. Verifica-se ainda uma sensação de intranquilidade e insegurança, além da percepção de impunidade para os delinquentes e de corrupção de autoridades e de políticos.

Transformando-se gradativamente ao longo da história, as drogas eram utilizadas em rituais religiosos, posteriormente na medicina, e depois passaram a ser consumidas como simples fonte de prazer. Com uma utilização acima do normal e com o aumento do potencial dos princípios ativos das substâncias, os entorpecentes têm levado às dependências química e psíquica provocadas pelas altas doses de ingestão, levando o indivíduo ao vício. Havendo usuários dispostos a adquirir o produto, registra-se a existência da demanda e da oferta. Gera-se, então, um mercado, embora ilegal, um mercado comercial. Atualmente, o crack² tem sido apontado como a droga que mais tem causado dependência e com maior efeito de violência associada.

Há correntes teóricas em vários sentidos que abordam o problema em suas diversas áreas científicas. Constatam-se dificuldades para as forças de segurança, sobretudo as policiais, que têm a função de combater o delito e a violência que conceitualmente é um problema de ordem social e política. A segurança pública está longe de ser um problema unicamente policial, conforme abordam diversos estudiosos, (ZALUAR, 2004; PAIXÃO, 2008; e outros), havendo necessidade de interação entre os órgãos governamentais e a adoção de políticas públicas voltadas para os aspectos social e econômico de inclusão do indivíduo.

² É uma droga, geralmente fumada, feita a partir da mistura de pasta de cocaína com bicarbonato de sódio. É uma forma impura de cocaína, e não um subproduto dela. O nome deriva do verbo "to crack", que, em inglês, significa quebrar, devido aos pequenos estalidos produzidos pelos cristais (as pedras) ao serem queimados, como se quebrassem.

Quando o assunto são as drogas, debates diversos são travados: alguns a favor, inclusive, da liberação do uso com controle do Estado e outros contra, até mesmo, a atual legislação que trata o usuário somente como um doente. Recentemente, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu a tese de liberação da maconha, com o argumento de que a prevenção falhou e que os custos da repressão são elevados e não surtem efeitos eficazes, a exemplo do que aconteceu nos Estados Unidos nos anos 1980.

Verifica-se que há necessidade de avanços tecnológicos e dos estudos científicos para melhor interpretar o fenômeno e possibilitar a adoção de estratégias capazes de combater e abordar o assunto de maneira eficiente, diminuindo os danos materiais, medicinais e psicológicos nos atores envolvidos no problema, desde usuários, traficantes, autoridades e a sociedade.

2.1 Droga e a teoria cultural sobre seu uso

Buscar-se-ão neste item algumas contribuições teóricas que possam servir como base para a linha deste pensamento. A utilização de drogas pela humanidade não é um costume recente, nem tão pouco contemporâneo. O uso de substâncias entorpecentes remete a tempos bem remotos, em que registros históricos confirmam que as drogas fazem parte da cultura humana desde seu período pré-histórico. Escohatado (1997) aponta que a primeira droga utilizada como entorpecente capaz de alterar o estado psíquico e emocional do ser humano teria sido o álcool, fabricado no Período Neolítico.

Teorias culturais que apontam a utilização de substâncias psicotrópicas³ fazem referências a pinturas rupestres e achados arqueológicos que apontam relação entre a cultura humana com plantas e fungos que possuíam características psicotrópicas. Essas plantas se perpetuaram e outras foram descobertas e cultivadas a partir de estudos e ações humanas, que possibilitaram o cultivo, aclimação, reprodução e colheita.

Registra-se que, por volta dos anos 4.000 a 5.000 a.C, fibras do cânhamo eram utilizadas pelos chineses, sendo considerados como o primeiro povo a utilizar a maconha. Na Mesopotâmia, o povo sumério foi considerado o primeiro a utilizar o ópio nos anos 3.500 a.C. Escohatado (1997) aponta como sendo a época de 3.500 a.C o início do costume de se mastigar a folha da coca no continente sul-americano.

³ (psique = mente; topos = alteração) é um produto que age sobre o cérebro, modificando suas reações psicológicas.

Escohatado (1997) aponta ainda a utilização de substâncias entorpecentes por comunidades indígenas oriundas da América Central, em que seu consumo era exclusivo da elite tribal. O uso somente pela elite pode sugerir uma forma de controle para evitar seu consumo de forma indiscriminada por todos os integrantes daquela sociedade. Evidenciam o uso de drogas como parte da cultura humana os conceitos desse autor, afirma:

Uma droga não é apenas um determinado composto com certas propriedades farmacológicas, podendo receber muitos outros atributos. No Peru, as folhas de coca eram um símbolo do Inca, reservadas exclusivamente para a corte e outorgadas aos servos como prêmio. Na Roma pré-imperial, o uso do vinho era liberado aos homens maiores de trinta anos, sendo que o costume admitia executar qualquer mulher ou homem mais jovem descobertos nas proximidades de uma taberna. [...] Até a erva mate usada hoje em infusão pelos gaúchos dos pampas foi considerada uma barbearagem diabólica [...]. Ainda mais evidente é o caso do ópio na Índia e na China durante o século XIX [...]. (p. 27).

Na mesma linha de Escohatado (1997) e contextualizando a cultura de produtos exóticos e vistos com desconfiança na Europa, Paixão (2008) argumenta que “a sociedade europeia dos séculos XVI e XVII não via com bons olhos o consumo – a princípio secreto e posteriormente desinibido – do açúcar, do álcool, do chocolate e do tabaco produzidos no novo mundo [...]” (p. 130: grifo nosso).

As ideias e valores formados sobre drogas variam em diferentes sociedades, em cada período histórico, em cada cultura. A rejeição ou aceitação de uma substância e seu consumo varia sobre o seu consumidor de acordo com a aceitação popular ou governamental do contexto histórico e cultural, conforme citação anterior, que descrevia, por exemplo, o chocolate como droga ou substância suspeita no período referenciado.

Em meados dos anos de 1960, surgiram pelo mundo movimentos jovens que pregavam uma sociedade alternativa baseada em contexto de “Paz e Amor”, em que os indivíduos, como forma de protesto político e cultural, adotavam formas de expressão, que, por suas características, buscavam contrapor a Guerra Fria, o capitalismo e as sociedades econômicas da época. No continente europeu, surgiu na Inglaterra, como estilo jovem, um movimento baseado nos estilos musicais, vestimentas, uso de drogas, relações entre os sexos, em que se mimetizaram os estilos e culturas norte-americanas, particularmente da música negra (ZALUAR, 2004, p. 184). Um acontecimento que marcou e contextualizou esse movimento foi o Festival Woodstock, que ocorreu no estado de Nova York, na cidade rural de Bethel, entre os

dias 15 e 18 de agosto de 1969. Tinha como lema três dias de paz e música, e exemplificava a contracultura e a era *hippie*.

Nas primeiras décadas do século XX, membros das classes sociais mais elitizadas do Brasil consumiam cocaína e morfina, ao passo que a maconha era de uso de membros de classes mais pobres. Como resultado desse consumo que foi aumentando, surgiu o mercado de distribuição e consumo de entorpecentes. Nessa época, a cocaína era vendida em farmácias como remédio contra a dor.

A utilização de drogas ocorreu inicialmente pela cultura de celebrações ritualísticas e religiosas. Mediante pesquisas e contando com a evolução tecnológica e dos conhecimentos humanos, as drogas passaram a ter utilização medicinal. Posteriormente, o consumo de drogas passou a ser utilizado para a busca do prazer, das satisfações e das excitações que os entorpecentes são capazes de proporcionar aos usuários. Observando-se um contexto cultural nos países do Ocidente, reporta-se às seguintes considerações dos tipos de drogas e seu consumo: os ácidos, como o Dietilamida do Ácido Lisérgico (LSD), e a maconha, nos anos 1960 e 1970, vistos como a época do psicodelismo, da liberação das drogas e da mudança de consciência; já nos anos 1970 e 1980, a utilização da cocaína, tendo como seus principais atores de consumo as classes mais altas da sociedade, tais como artistas, atletas, empresários e alguns executivos. Nos dias atuais, conforme afirmam Saporì e Medeiros (2010), “o crack é a efígie da sociedade contemporânea, que produz consumo compulsivo com seu efeito imediato e imaginado de prazer [...]” (p. 181).

Alguns defensores e conservadores da ideologia de sociedades sem drogas têm suas literaturas criticadas quando levam em conta uma série de estudos histórico-antropológicos, o que demonstra que o uso de substâncias psicoativas capaz de alterar a consciência humana é um costume ancestral (DESLANDES, 2006, p. 254).

Sendo uma realidade histórica, a administração de entorpecentes faz parte da sociedade humana, diferenciada ao longo dos tempos pelos costumes, pela ritualidade, pela espiritualidade. Atualmente, enfoca-se a degradação do contexto social, pelo aumento da violência urbana caracterizada, pela busca desenfreada e pelo consumo rápido. Verifica-se esse contexto, descrito em Saporì e Medeiros (2010):

Apesar do uso de drogas ser uma realidade em todas as sociedades e em todos os períodos históricos, a forma de administração e dos rituais de uso e seus desdobramentos variam de acordo com os recursos, a criatividade e as inovações tecnológicas (p. 192).

Esta citação ajuda a afirmar a teoria cultural do uso das drogas.

2.2 Droga e a teoria social e econômica sobre o seu uso

A teoria social de utilização das drogas aborda como ponto de partida a lei de mercado, oferta e demanda. Baumam (2007, p. 106 *apud* SAPORI; MEDEIROS, 2010), explica:

A sociedade de consumo tem por base a premissa de satisfazer os desejos humanos de uma forma que nenhuma sociedade do passado pôde realizar ou sonhar. A promessa de satisfação, no entanto, só permanecerá sedutora enquanto o desejo continuar irrealizado; o que é mais importante, enquanto houver uma suspeita de que o desejo não foi plena e totalmente satisfeito. (p. 16).

Dessa forma, é possível constatar atualmente uma civilização na qual se verifica o desejo consumista que nunca é alcançado plenamente. Há, então, uma busca insensata pelo ajuntamento de bens de consumo para uma autoafirmação social e o exibicionismo de produtos novos e inéditos satisfazendo realizações de cunho pessoais. Essa síndrome de consumo imediatista pode ser considerada como preenchimento das lacunas dos vazios sentimentais e consumistas dos indivíduos de uma determinada sociedade. Medeiros (2008, p. 15 *apud* SAPORI; MEDEIROS, 2010), argumenta que:

Na sociedade contemporânea, observa-se o incentivo à utilização de vários tipos de drogas (álcool, maconha, crack, ecstasy e fármacos em geral) como um dispositivo para encobrir espaços de relações, identificações e faltas que o próprio estilo de vida impõe ao cidadão. Dessa forma, a droga, como outros consumos, pode servir de elemento articulador das relações ou como pílula da felicidade (p. 17).

É possível perceber essa ideia em Saporì e Medeiros (2010):

A sociedade contemporânea tem como mito fundante o consumo, que se tornou o principal eixo de construção de identidade e elemento definidor da forma de pertencimento, de classificação para o estabelecimento de diferenças coletivas na vida cotidiana, de visibilidade, de gestão dos desejos, das emoções codificadas e dos sentimentos manipulados que ordenam culturalmente o pensamento humano. Consumir é um código de expressão de significados culturais que revela aspectos importantes da ideologia, das representações e das imagens sociais e cria estilos de vida, necessidades e gostos na vida cotidiana (p. 168).

Na sociedade de consumo, assim como roupas, bolsas, calçados, carros, celulares, computadores e outros bens, as drogas fazem parte de materiais que são capazes de proporcionar *status* social dentre os grupos de relacionamentos

do indivíduo. Esses grupos de relacionamentos podem ser considerados como a turma do bairro, da escola, da gangue ou de outro grupo de interação.

Indivíduos que utilizam drogas podem conseguir, com essa opção, ter sua inserção em um determinado grupo de seu convívio social. Contudo, pode ocasionar exclusão e segregação social. A inserção pode ser explicada por fazer parte de um grupo de usuários e/ou traficantes, enquanto a exclusão se deve ao fato de que, se inserido nesse grupo, haja necessidade de uso de violência para prática de outras ações criminosas, atitudes condenadas socialmente. Caracteriza-se como fator de exclusão o fato de indivíduos menos favorecidos economicamente terem dificuldades de acesso a bens sociais, o que proporciona maior complicação, ainda mais sendo o indivíduo usuário de drogas, conforme afirmam Sapori e Medeiros (2010):

A interação dessas variáveis resulta em fatores de prejuízo moral que afetam diretamente os indivíduos, dificultando ainda mais os acessos aos serviços, à educação, à proteção e, em especial, no caso das drogodependências, ao mercado de trabalho. O trabalho é dispositivo fundamental no processo de integração social, pois é por meio dele que o sujeito se reconhece ou se sente incluído socialmente (p. 172).

Destaca-se o fato de que não são raros os casos de funcionários que são dispensados de seus empregos por não conseguirem produzir satisfatoriamente para a empresa em que exercem suas atividades. Há casos que resultam em baixo rendimento escolar e de aprendizagem e chegam a causar um completo desinteresse e falta de estímulo para os padrões sociais e culturais de uma sociedade legitimamente “legal”. Essas situações provocam prejuízos econômicos não só para o indivíduo, como para toda a rede produtora de bens e serviços de uma sociedade.

O consumo de drogas perpassou pela sociedade humana ao longo de milhares de anos sem causar desordem social. No final do século XIX e início do século XX, transformou-se em um negócio altamente rentável, de proporções financeiras volumosas, conforme Sapori e Medeiros (2010) ilustram:

O comércio de drogas (sobretudo ilícitas) na sociedade contemporânea floresce e tem papel fundamental, pois, ademais de rendoso, inclui diferentes atores sociais, desde os poderosos empreendedores econômicos até os pequenos distribuidores, como os ‘aviãozinhos’ e os consumidores de diferentes níveis econômicos (p. 169).

Em contrapartida, esse tipo de empreendimento comercial no cenário urbano contemporâneo provoca efeitos perversos, por meio de conflitos geradores de violência simbólica e física, ameaças, sequestros, intimidação, terrorismos e mortes, consequências

danosas para as relações sociais, familiares e pessoais, abandono da escola pelos jovens, falta de perspectivas futuras da juventude e desencantamento pelas autoridades e instituições. Além disso, é notável o desrespeito ao patrimônio público, os atentados, a destruição de prédios de escolas, os roubos em instituições particulares e públicas e o uso frequente de armas de fogo por diferentes segmentos sociais, sob a argumentação de proteção, principalmente pela população periférica, que não conta com outros mecanismos para proteger-se. Não raro, nas cidades existe um clima de tensão e medo constante e uma quase impossibilidade de troca, de confiança e de solidariedade (p. 170).

A venda de drogas ilegais tem uma característica própria e baseia-se na estratégia capitalista e consumista “dinheiro rápido” e, na maioria das vezes, em espécie. Essa situação transforma o tráfico em uma opção para muitas pessoas e até famílias inteiras, sendo uma forma de sobrevivência do grupo familiar. Com opção de se incluírem em uma atividade criminosa, mas rentável e arcar com o sustento da família ou procurar e “batalhar” uma difícil vaga no mercado de trabalho com baixos salários e sem qualificação, alguns indivíduos optam por se iniciarem na venda de drogas, mesmo que de forma eventual ou temporária.

A falta de condições para possuir um tênis, um relógio, um celular, uma roupa de grife e a necessidade de autoafirmação protagonizada pelos meios de comunicação de massa levam o indivíduo a buscar alternativa para se estabelecer nesse contexto cultural. Para alcançar essa visibilidade social, esses marginalizados socialmente encontram respaldo na criminalidade. Correntes apontam que não é a pobreza que leva o indivíduo a cometer crimes, e, sim, a exclusão social. Conforme Zaluar (2004):

O princípio explicador de suas condutas não seria a pobreza (ou a cultura da pobreza), mas a exclusão, termos que se referem a diversos processos simultâneos, entre os quais o desemprego, o afastamento da escola, a estigmatização pelo uso de drogas, o enfraquecimento dos movimentos sociais (novos e velhos), assim como a diluição dos laços sociais nos bairros operários. [...] Não seriam, entretanto, os heróis de uma nova ordem, nem as vítimas da crise da sociedade do bem-estar⁴, na qual o desemprego cresce, a escola e os agentes da política social separam pais e filhos, os movimentos sociais se esvaziam e as relações sociais (os liames morais entre as pessoas) se desfazem (p. 188).

A falta de autoafirmação social leva o indivíduo a buscar subterfúgios para suas frustrações e é muito bem descrita por Saporì e Medeiros (2010):

⁴ Definição de saúde dada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como “estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consistindo somente da ausência de uma doença ou enfermidade”.

A cronificação⁵ pode ser definida, a partir dos paradigmas médicos, como a limitação imposta pela própria condição social do sujeito. É a dependência forjada pela falta de capacidade do indivíduo para tomar decisões, para acessar bens e serviços e fazer escolhas. Melhor dito, a cronificação significa a restrição da liberdade e a redução da condição do sujeito para fazer planejamento e opções, condições básicas para o exercício da autonomia. Entretanto, esses limitadores não impedem o sujeito de refletir, pensar e agir. Porém a distribuição de recursos não é feita de forma análoga para os grupos sociais, como, por exemplo, condições de vida trabalho, acesso aos bens e serviços, os modos de ser, de relacionar etc., o que limita sua participação política e a busca de alternativas para solucionar suas necessidades capitais, resultando em sujeitos frustrados, podem recorrer a transgressões e atitudes delituosas como reação social, ou indivíduos apáticos diante desse cenário. Na leitura de Merton, há uma correlação entre a cultura e a estrutura social, ou seja, o que produz a anomia é o impasse entre os objetivos culturais e as oportunidades desiguais para atingi-los, reforçando as diversidades sociais e locais entre os diferentes segmentos, refletindo diretamente no processo de participação cidadã (p. 177).

Em meados da década de 1980, com as sanções norte-americanas ao comércio de querosene, éter, amônia e demais produtos que são utilizados na produção de cocaína, ocorreu o encarecimento da droga em virtude da diminuição da oferta. Diante de tal circunstância, para os cartéis de droga, com a utilização de outras substâncias misturadas à cocaína, foi possível criar outra droga, que se denominou “crack”. Surgiu, então, uma substância derivada da cocaína. Saporì e Medeiros (2010) apontam que o aumento da violência e de crimes brutais está associado diretamente ao uso e ao tráfico do crack, que atualmente é a mais vantajosa droga vendida pelos traficantes das periferias das cidades.

Baseando-se nessa teoria, explica-se em parte o crescimento do uso de substâncias entorpecentes e do tráfico de drogas. Esses aumentos proporcionaram, por sua vez, uma escalada da violência e da insegurança da população. Isso se deve ao fato de ser o tráfico capaz de movimentar fortunas incalculáveis, pois se trata de um mercado capitalista e que gera brigas mercadológicas que resultam em uma guerra sangrenta. Essa busca de mercado de um comércio ilegal e clandestino baseia-se na lei do mais forte para se estabelecer, por isso é comum o registro de ocorrências de homicídios, de lesões e de outros crimes contra a pessoa nas lutas constantes pelas bocas de fumo⁶ e pelo controle territorial. Outra situação que culmina em mais mortes é a cobrança da dívida. Essa dívida, de pequenos traficantes e usuários, é paga, muitas vezes, com a própria vida. Como é um comércio criminoso, não possibilita ao empreendedor recorrer à justiça para cobrar as dívidas, como é feito no

⁵ Quando uma doença instala-se e o paciente custa a restabelecer-se.

⁶ É a referência de um espaço físico, constituindo-se como um ponto comercial para a venda de uma droga ilícita.

comércio formal e legal. Para não tomar “cano”, não ser “passado para trás” e servir para exemplo aos demais usuários, a dívida é cobrada de maneira violenta, a fim de coagir os demais usuários e devedores. Normalmente, usam-se métodos de cobrança que afetam pessoas da família do devedor mediante ameaças, pressão, humilhação, chegando, em alguns casos, até a morte.

Reflexões sobre o uso e o tráfico de drogas tem outra abordagem conforme descreve Bizzoto (*apud* SAPORI; MEDEIROS, 2010):

Para a sociedade em geral, o toxicômano é um desordeiro social. Ele é, ao mesmo tempo, vítima e culpado, segregado, excluído e marginalizado, sem direitos e sem qualquer responsabilização, pois o enfoque principal da ideologia antidrogas é a droga, e não o sujeito (p. 127).

Atualmente, tais condutas são integrantes do contexto social e econômico, por movimentar, mesmo que clandestinamente, a economia de diversos indivíduos e até de determinados grupos. Embora inserida em um contexto social e até cultural, a sociedade não define o usuário como vítima ou autor.

2.3 Drogas e a teoria medicinal e psicológica sobre o seu uso

Existe consenso de que o efeito da utilização dos mais variados tipos de drogas causa efeitos no organismo do indivíduo e provoca sistematicamente alteração de seu estado físico e psíquico. Essas alterações são estudadas pela Medicina e pela Psicologia. Os estudos relacionados às drogas abordam normalmente os aspectos medicinais e psíquicos, além de aspectos culturais, sociais e jurídicos, dentre outros. Por alcançar um patamar considerável de usuários na população, áreas científicas, como a Medicina e a Psicologia, passaram a estudar os entorpecentes para tentar compreender os efeitos e as consequências das drogas no organismo humano e, assim, entender suas propriedades psicóticas. Esses estudos podem ser definidos como estudos das causas internas das drogas, pois visam a estudar seus efeitos no indivíduo.

Revela Dowdney (2002) que as drogas têm influência na sociedade, no que tange à segurança pública, pois a alteração de consciência, comprovada pelo seu uso, produz efeitos perversos no indivíduo. Por isso, o consumo de drogas deve possuir abordagens no olhar e no ponto de vista da saúde e da psicologia. Não são

raros os fatos e notícias que dão conta de que atos de violência e de agressividade são decorrentes do uso de substâncias psicoativas como fator gerador da ação de agentes agressores, conforme aborda Deslandes (2006):

[...] sem necessariamente afirmar nexos diretos de causalidade, o consumo de substâncias psicoativas está, inegavelmente, associado à tentativa de suicídios, prática de maus-tratos contra crianças e adolescentes, violência conjugal, homicídios e, para ser fiel à lógica das 'causas externas', também aos acidentes de trânsito (p. 244).

Ressalta-se que há gastos financeiros elevados para o tratamento dos dependentes químicos. Os tratamentos dos dependentes são pagos, na maioria das vezes, pela família do usuário. Mesmo sendo considerados um caso de saúde pública, não se encontra na rede pública de saúde tratamentos disponíveis que possam atender à elevada demanda. Não se verificam investimentos do setor público no tratamento e controle dos drogaditos. Investe-se pouco nessa área, na qual se observam instituições que funcionam com doações e com recebimento de mensalidades dos familiares dos recuperandos. O aporte para recuperação e tratamento de viciados engloba um tratamento medicinal, espiritual e mental. A estrutura para se alcançar o tratamento adequado e satisfatório capaz de produzir efeitos desejáveis e suficientes para descontaminação química e recuperação psicológica do indivíduo em tratamento representa um gasto bastante elevado, que, se custodiado pelos cofres públicos, implicaria necessidade de investimentos e gasto ainda maior no sistema de saúde pública no Brasil. O tratamento implica se levado a efeito de maneira correta, em condições suficientemente capazes de proporcionar uma qualidade de vida melhor aos indivíduos. Segundo Deslandes (2006, p. 250), é importante que se constituam redes para o tratamento de dependentes que proporcionem suporte material necessário, além de melhorias na qualidade de vida do indivíduo em tratamento.

Segundo Murad “Muitos profissionais que lidam com jovens usuários crônicos de maconha diagnosticam, com preocupante constância, crises psicóticas aliadas a estados depressivos com tendências suicidas” (in crack 2010, p.162). Destacam-se, aí, causas relacionadas à saúde dos usuários de maconha.

Atualmente, o crack é considerado como a mais devastadora droga consumida em grande escala entre os viciados. Tal constatação levou as autoridades públicas a difundirem campanhas de alerta ao perigo e malefícios provocados pelo crack, com o intuito de diminuir seu consumo.

Existem formas de tratamentos que variam entre terapêuticas e farmacológicas. Consideram-se propostas de desintoxicação por meio de

medicamentos e de psicoterapia que podem ser realizadas em grupos ou individualizadas. Há tratamentos que abordam atuações somente na área da Psicanálise, da Psicologia ou da Biomédica, sendo que, em alguns casos, se conjugam os tipos de tratamentos. Observam-se, nesses tratamentos, propostas de abstinência, de troca de substâncias ilegais por outras lícitas sob controle medicinal, controle dos sintomas com a ingestão supervisionada de medicamentos associados à dependência, adaptação a comportamentos socialmente admitidos e busca de reestruturação do caráter e da personalidade.

Verifica-se evolução na área da saúde pública, visando à política de educação de danos. Deslandes (2006) fala:

Constitui, na realidade, uma abordagem inteiramente inovadora que, em oposição às estratégias de redução da oferta, trabalha com a premissa de que o indivíduo, mesmo fazendo uso de drogas, é capaz de empreender ações de autocuidado e de prevenção. Tem como meta a redução das consequências adversas do uso, sem exigir a abstinência. Defende que não é possível interromper o uso, então que procurem formas mais seguras de consumo, evitando-se o compartilhamento de seringas e de materiais. Longe de constituir qualquer apologia ao uso, tal abordagem parte de avaliações realistas da ineficácia das abordagens repressivas tanto para a prevenção quanto para o tratamento (Marques e Doneda, 1998) e busca uma saída ancorada na flexibilidade e negociação de pautas possíveis de prevenção junto aos usuários (p. 257).

A condição oferecida na redução de danos é baseada nas premissas de aceitar o fato de o indivíduo continuar adicto, tendo como propostas a tolerância (aceitar o uso do viciado), a solidariedade (relação de ajuda) e a confiança (acreditar que o usuário é capaz de cuidar de si próprio).

Buscam-se métodos capazes de proporcionar redução dos danos à saúde do usuário e redução dos conflitos violentos, possibilitando um clima de paz social. Essa estratégia encontra muita resistência e são constantes os debates oposicionistas nos campos jurídico e moral.

Não há estudos qualitativos suficientes para contribuir com uma melhor estratégia para se compreender como deveriam ser mais bem desenvolvidas ações diante do assunto. Registra-se a falta de dados básicos, como óbitos, internações e atendimentos hospitalares, conforme destaca Deslandes (2006, p. 249). Isso se deve ao fato de não haver uma interligação entre os órgãos de saúde nas diversas esferas do Município, do Estado e da União. Outro preponderante fator que contribui para a dificuldade de mensuração é a vergonha de expor publicamente o problema com drogas do indivíduo, pois, socialmente, é uma atitude reprovada até mesmo com as drogas lícitas, como o álcool.

As drogas, no psicológico do indivíduo, podem provocar danos graves, como suicídios ou outras violências a terceiros e ao próprio indivíduo, como enfatiza Deslandes (2006):

No que concerne aos suicídios e suas tentativas, o uso abusivo pode representar 'o meio da violência' autoperpetrada, isto é, o suicídio por intoxicação/overdose de variadas substâncias ou um 'potencializador' para que o indivíduo realize o ato suicida (p. 260).

A busca de alternativas conjuntas capazes de proporcionarem estratégias políticas e sociais se faz necessária para combater os problemas relacionados às drogas, não devendo ser considerada apenas a situação de saúde pública e de segurança. Conforme Zaluar (2004):

A grande diferença, e aqui está outra manifestação da desigualdade neste país, é que os usuários pobres não têm o mesmo acesso a serviços de saúde para tratá-los no caso de abuso, nem para defendê-los, no caso de problemas com a justiça. Em suma, sem uma política pública que modifique a atual criminalização do uso, sem uma política de redução do risco no uso de drogas na área da saúde e sem prevenção do uso na educação do jovem, não conseguiremos modificar o atual cenário de violência e injustiça existente no país (p. 83).

O uso de álcool e de drogas provoca a perda de reflexos além de produzir outros efeitos no organismo humano. Esses efeitos podem ter relação direta em acidentes de trânsito e de trabalho. O tratamento dessas vítimas representa um gasto público considerável.

O Ministério da Saúde considera o indivíduo usuário de drogas como um portador do direito aos serviços de assistência social e de acesso à saúde pública. Esse direito ocasiona o direito legal e cria automaticamente demanda de uma política de saúde pública que deve contar com outros setores estatais além da medicina. Deve-se propor, aliando-se à questão médica e psicológica, diretrizes nos campos econômicos e sociais para oferecer tratamentos eficientes e eficazes. Necessidades primordiais são de campanhas preventivas e educacionais que possibilitem oferecer uma visão bem realista dos perigos do uso das drogas e suas consequências desastrosas ao indivíduo. Políticas voltadas para a segurança pública são necessárias para se oporem aos efeitos criminosos provocados pela drogas.

Os tratamentos terapêuticos normalmente adotam três abordagens: o trabalho, a oração e a disciplina. Nos nosocômios, utilizam-se práticas voltadas para a medicina e psicanálises, enquanto os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) têm uma abordagem do lado psicossocial do paciente. As instituições de tratamento

tentam se afirmar como modelo básico para o tratamento, cada uma com sua ideologia, tentando ainda mostrar as falhas dos outros procedimentos utilizados em instituições distintas, conforme afirmam Fantanuzzi e Aarão (2010, p. 97).

No início de 2010, o Governo Federal lançou um plano emergencial para dependentes químicos, propondo aumento dos leitos hospitalares para esse tipo de paciente.

Em uma pesquisa realizada nos anos de 2006 e 2007, Vieira p. 118 (*apud* SAPORI; MEDEIROS, 2010) escreve:

[...] das 1.256 instituições de atenção aos problemas correspondentes ao consumo de álcool e outras drogas elencadas, apenas 30,4% são entidades governamentais. O que sobressai são as autodeterminadas comunidades terapêuticas, 483, seguidas pelos Caps AD, 153, pelos grupos de autoajuda, 124, e pelos Caps ou Naps, que reúnem 95 casos do universo. Das 76 instituições que se classificam como hospitais psiquiátricos, somente dez são governamentais.

Verifica-se que a maioria das clínicas especializadas ou que atuam no tratamento de dependentes são clínicas particulares. Tal dado demonstra haver necessidade de investimento público na saúde no que se refere aos problemas de vício com drogas tanto lícitas como ilícitas.

As drogas são abordadas como capazes de provocar dois tipos de dependência: a física e a psíquica. A dependência física caracteriza-se pelo fato de o corpo do indivíduo só funcionar normalmente quando há ingestão de alguma substância entorpecente. Quando essa droga é usada mais frequentemente em quantidades elevadas, a defesa do organismo produz automaticamente equilíbrio, adaptando-se à substância e provocando mau funcionamento do corpo caso não haja o consumo da droga. Existem tratamentos com medicamentos que, em alguns casos, podem alcançar êxito com a abstinência. Já a psicoddependência caracteriza-se pela sensação de bem-estar causada pela ingestão da droga. Essa sensação leva o indivíduo a fazer uso periódico e contínuo da substância. O indivíduo não consegue controlar os impulsos, havendo necessidade de usar a substância para controlar os sintomas de ansiedade, sensação de vazio e falta de concentração. O tratamento da dependência psíquica é o mais difícil e normalmente é essa dependência que provoca a maioria das recaídas.

Para que haja eficiência, é necessário que a abordagem do tratamento do adicto aborde o indivíduo, a droga e o contexto social. Outro fato a ser considerado é a visão unilateral que cada ciência aborda como forma ideal para o tratamento, mas na verdade o que se deve procurar é uma proposta interdisciplinar.

2.4 Droga e a esfera legal sobre o seu uso

O uso e o tráfico de drogas na esfera legal e judicial são considerados crimes. Quanto ao uso, atualmente, a lei que trata sobre o assunto considera que o usuário é um criminoso que deve receber tratamento, e não pena restritiva de sua liberdade, conforme o Art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 agosto de 2006.⁷

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

§ 1º Às mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

§ 3º As penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 5 (cinco) meses.

§ 4º Em caso de reincidência, as penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 10 (dez) meses.

§ 5º A prestação de serviços à comunidade será cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitais, estabelecimentos congêneres, públicos ou privados sem fins lucrativos, que se ocupem, preferencialmente, da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas.

§ 6º Para garantia do cumprimento das medidas educativas a que se refere o caput, nos incisos I, II e III, a que injustificadamente se recuse o agente, poderá o juiz submetê-lo, sucessivamente a:

I - admoestação verbal;

II - multa.

§ 7º O juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado.

A questão legal varia de acordo com a cultura de cada país. Citam-se como exemplo os países mulçumanos adeptos do islamismo, que consideram o álcool como droga, sendo crime sua ingestão, ao contrário de países de cultura ocidental, que consideram lícito o uso de álcool.

⁷ Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 – Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes, e dá outras providências

No Brasil, caminha-se para um propósito de gradativa descriminalização do uso, conforme aborda Mendonça Filho (2010):

Mesmo considerando-se que a administração institucional do uso de drogas permanece oficialmente no âmbito do sistema de justiça criminal, deve-se reconhecer que a nova lei sinaliza na direção da descriminalização do uso. O ponto fundamental nesse sentido é o fim da pena de prisão (p. 154).

Tal situação encontra respaldo na mudança de visão, que mudou para uma perspectiva que entende a questão da droga como uma questão de saúde pública e que ainda critica o combate unicamente via repressão policial e judicial.

A maconha foi considerada como a primeira droga ilícita a chegar ao Brasil por meio dos negros escravos. Em 1830, por intermédio de uma portaria, foram proibidos a venda e o uso da droga no Rio de Janeiro:

a maconha foi a primeira droga ilícita a chegar ao Brasil, por meio de escravos africanos que traziam consigo cultura de fazer uso dessa erva, sob a alegação de que ela possibilitava o contato mais próximo com o sobrenatural. O consumo da maconha foi proibido pela primeira vez no Brasil em 1830, no Rio de Janeiro, por meio de portaria da Câmara Municipal, que vetava a compra e a venda do produto, consumido, principalmente por negros (SILVA, 2004, p. 80 *apud* FANTAUZZI, 2010, p. 83).

A proibição da droga estava relacionada muito mais a um controle das tradições negras, que representavam um número considerável da população da época na cidade, do que propriamente controlar o uso da substância entorpecente.

Já a cocaína e as drogas derivadas do ópio tiveram seus registros de utilização no Brasil no final do século XIX. Segundo Silva (2004 *apud* FANTAUZZI, 2010, p. 83), elas foram introduzidas pela elite social para fins medicinais e recreativos, sendo que, em alguns casos, faziam parte das fórmulas de medicamentos.

No Brasil, sob influência de leis proibicionistas adotadas em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, e em virtude de um aumento significativo de usuários, foram considerados crimes o uso e a venda de drogas. Foi nas décadas de 20 e 30 do século XX, com a preocupação das autoridades políticas, policiais e judiciárias, é que passou a haver um controle do uso de drogas.

Em 1921, o Decreto Legislativo nº 4.294, de 6 de junho de 1921, considerou crime e estabeleceu penas de prisão e multa para quem vendesse drogas. Para os usuários, foram criados tratamentos judiciais e voluntários. “Esta proibição se respaldou na manutenção da ordem social e da preservação das condições de saúde

e da segurança da população brasileira” (MACHADO, 2006, p. 266, in Crack 2010), institucionalizando, a partir daí, a campanha antientorpecentes.

O Decreto nº 20.930, de 1932, considerava o porte de drogas como crime, cabendo prisão e dando ao PJ a decisão de internar o usuário para tratamento. Esse Decreto ampliou o número de substâncias proscritas.

Em 1934, o Decreto nº 24.505 estabeleceu que o ato de induzir outra pessoa a usar drogas seria tratado no mesmo patamar do tráfico. Em 1936, foi criada a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE). Fantauzzi e Aarão (2010, p. 85) afirmam que, na década de 1960, com o movimento da contracultura, em que o uso de droga foi associado a uma cultura liberal de paz e amor, houve maior rigidez nas legislações vigentes que tratavam das drogas.

Em 1964, o Brasil aderiu, em Nova York, à convenção única sobre entorpecentes, concordando com normas internacionais.

Em 1971, o fenômeno das drogas passou por mudança e compreensões diferentes, e a ser entendido não só como parte da justiça, como recebeu concepções médico-psiquiátricas, considerando o usuário como um doente que, além de punição, deveria merecer um tratamento qualificado.

Em 1976, foi aprovada a Lei nº 6.368, que focava questões de segurança e de defesa social, alinhando-se às políticas norte-americanas. Em 23 de agosto de 2006, entrou em vigor a Lei nº 11.343, que trata do assunto. Essa Lei já apresenta características voltadas para a descriminalização do usuário, como abordado anteriormente. Ressalta-se que há, juridicamente, diferença entre não haver pena restritiva de liberdade e não haver pena, sendo que esse desencarceramento do usuário se aplica, considerando o mercado de drogas somente na demanda. Destaca-se que não houve legalização da droga, visto que legalização carece de um controle estatal para a produção, uso e venda de entorpecentes. Para os juristas, a legalização contraria três convenções da Organizações das Nações Unidas (ONU) sobre drogas, das quais o Brasil é signatário.

“Há a ideia de que o crime por uso de droga deixou de ser uma infração criminal e passou a ser uma mera ‘infração administrativa’” (MENDONÇA FILHO, 2010, p. 164). O que se percebe é que, não havendo penalidade, os juízes não têm ação diante do crime, sendo meramente um operador do direito de mãos atadas. Alguns demonstram insatisfação com a nova lei, como aborda Mendonça Filho (2010) ao descrever a declaração de uma juíza durante uma audiência no estado do Rio de Janeiro:

A nova lei de droga é descriminalizadora na prática, mas na lei, porque a Igreja Católica e a Evangélica não quiseram bancar. Mas como não tem pena, não tem crime. Eu vou fazer igual a uma amiga: na intimação vai junta a advertência. Eu não vou chamar ninguém aqui pra dizer: 'filhinho, não use drogas'. Eu sou contra, mas vou ter que fazer isso (p. 164).

Observando apenas as pautas de audiências de usuários, sem se basear em dados oficiais (MENDONÇA FILHO, 2010, p. 164), constatou-se que houve diminuição drástica de casos de usuários de drogas que chegam aos juizados depois da vigência da Lei nº 11.343.

Decisões judiciais quanto à medida aplicada ao usuário não levam em conta a situação psicossocial do agente. Há relatos de usuário que são detidos e esperam que sejam encaminhados para tratamento, a fim de que possam se livrar do vício, pois reconhecem que estão doentes e isso tem prejudicado sua vida, afetando inclusive sua situação financeira e social, e não são atendidos. Tais relatos foram observados por Mendonça Filho (2010, p. 159).

As infrações de uso de drogas passaram a ser consideradas na esfera penal como uma infração administrativa, transformando-se em ilegalismo “comportamentos e ações que são tolerados de fato, mas não de direito” (MENDONÇA FILHO, 2010, p. 163). Já as modalidades que caracterizam o tráfico tiveram suas penas aumentadas, ficando mais rigorosas as punições judiciais aplicadas.

A tipificação criminal entre uso e tráfico depende do flagrante da polícia e da correlação de venda, pois a lei não fornece clareza e objetividade na definição dos diferentes crimes. Apesar de a lei apontar para a descriminalização do uso, deve-se ter cuidado para que não se popularize a ilegalidade. Conforme Mendonça Filho (2010):

Assim, a lei aponta para a descriminalização do uso, pois abrande as medidas contra o usuário. É necessário dar atenção para a atual situação da repressão às drogas para que as mudanças na direção da garantia dos direitos individuais não tenham o efeito contrário do esperado (p. 167).

Considera-se que quando o assunto são as drogas a esfera criminal e policial é a mais atingida e a mais cobrada, pois, dos órgãos de defesa social, são os órgãos policiais os mais visíveis e acessíveis à comunidade. O desconhecimento da sociedade, dificulta o combate e a conscientização do perigo das drogas, conforme apontam Saporì e Medeiros (2010):

Em contrapartida, a sociedade não é motivada e nem é convidada a entender os processos do uso da droga (em diversos sentidos), a natureza do consumo, as características dos consumidores, o contexto sócio-histórico em que surgem determinadas drogas e a magnitude do comércio e de suas consequências [...] (p.181).

Isso comprova na prática que há um desconhecimento da sociedade no entendimento do processo que envolve o uso e o tráfico de drogas.

3 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

3.1 Características urbanas e socioeconômicas das cidades estudadas

3.1.1 São João del-Rei

A cidade de São João del-Rei originou-se do antigo Arraial Novo do Rio das Mortes. A ocupação do Arraial remonta a 1704, quando um paulista chamado Lourenço Costa descobriu ouro no Ribeirão de São Francisco Xavier.

A descoberta fez com que as informações fossem distribuídas a várias pessoas, que começaram a explorar as margens do Ribeirão. Algum tempo depois, o português Manoel José de Barcelos encontrou mais ouro na encosta sul da Serra do Lenheiro, num local chamado Tijuco. Naquele local, estabeleceu-se o primeiro núcleo de povoamento, que daria origem ao Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar, mais tarde Arraial Novo do Rio das Mortes.

Já bastante próspera, em 1713, a localidade foi elevada a Vila e recebeu o nome de São João del-Rei em homenagem a Dom João V, rei de Portugal. No ano seguinte, foi nomeada sede da Comarca do Rio das Mortes. Desde os tempos de sua formação, desenvolveu uma vasta produção mercantil e de gêneros alimentícios, resultantes tanto da atividade agrícola quanto da pecuária. Essa faceta possibilitou o contínuo crescimento da localidade, que não sofreu grandes perdas com o declínio da atividade aurífera, verificado em toda a Capitania das Minas Gerais a partir de 1750.

Em 1838, a progressista Vila de SJDR tornou-se cidade. Nessa época, possuía cerca de 1.600 casas, distribuídas em 24 ruas e dez praças. Ainda no século XIX, contava com casa bancária, hospital, biblioteca, teatro, cemitério público construído fora do núcleo urbano, além de serviços de correio e iluminação pública a querosene.

A cidade possui uma localização geográfica entre as três mais importantes capitais do sudeste e do país. Distancia-se 180 km de Belo Horizonte, 473 km de São Paulo e 320 km do Rio de Janeiro. Das cidades mais importantes da região, fica a 58 km de Barbacena, 140 km de Juiz de Fora, 100 km de Lavras e 130 km de Conselheiro Lafaiete. Tem o clima predominante de tropical de altitude.

A cidade é sede de três *campi* da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). O *Campus* Santo Antônio, no centro; o *Campus* Dom Bosco, no bairro que leva o mesmo o nome, e o *Campus* Tancredo Neves, na BR 494. Em 2010, a UFSJ possuía, em seus quadros: 36 cursos, 10.123 alunos, 541 professores

e 420 funcionários técnicos somente em São João del-Rei. A UFSJ possui também *campi* avançados nas regiões de Paraopeba, Divinópolis e Sete Lagoas.

Outro aspecto que deve ser abordado é o grande número de festividades existentes na cidade de São João del-Rei. Dentre as principais, destacam-se o Carnaval, que é um dos maiores e mais importantes do Estado; Comemorações da Semana Santa; Del Rei Folia (após a Semana Santa); Inverno cultural da UFSJ (segunda quinzena de julho); Exposição Agropecuária (agosto); Jubileu de Bom Jesus do Matozinhos (setembro) Festival Nacional da Canção (setembro); Feira Industrial e Comercial (outubro); e várias outras festividades religiosas.

A cidade de São João del-Rei e outras cidades vizinhas possuem empresas mineradoras, sendo os principais produtos a areia, o quartzito, o quartzo, o calcário, o nióbio, a cassiterita, a argila, o manganês, o tântalo, o estanho e o ouro

A cidade conta com 11 empresas de extração mineral, cinco fábricas de objetos de estanho, 15 empresas de beneficiamento de leite, além de empresas de vestuário, mobiliário, produtos alimentícios, esquadrias, calçados, estrutura e artefatos de metal, móveis coloniais e modernos, peças de estanho, queijo minas e cachaça.

São João del-Rei é sede do 38º BPM e da 35ª Delegacia regional da Polícia Civil. É sede de Comarca do Poder Judiciário, do 11º Batalhão de Infantaria de Montanha do Exército Brasileiro e de uma vara da Justiça Federal. Não possui delegacia da polícia federal e não há guarda municipal.

A seguir, será apresentado um quadro com alguns dados importantes sobre o município de São João del-Rei.

Quadro 1: Dados econômicos, sociais e geográficos de São João del-Rei.

População em 2010	84.469 hab.
Área territorial	1.464,32 km ²
Densidade demográfica (2010)	57,68 hab./km ²
Nº da pobreza e desigualdade (2008)	27,04%
PIB total	838.095.668 mil
PIB <i>per capita</i> (2008)	R\$ 9.868,08
Total de estabelecimentos de saúde (2008)	58
Hospitais (2010)	02
Frota de veículos (2009)	Automóveis - 20.916 Motos - 8.450
Nº de domicílios (2010)	33.372
IDH (2008)	0,816
Esperança de vida	74,57 anos
Taxa de alfabetização	0,94
Taxa bruta de frequência escolar	0,85
Agências bancárias	07
Emissoras de TV	01
Jornais impressos	04
Rádios AM e FM	07
Rodovias	03 (BR 265, BR 494 e BR 383)
Ferrovias	01 MRS (Logística) 01 CTA (Turística)
Aeroporto	01
Altitude	898 m
IC – Índice de Criminalidade - 2010	
ICV – Índice de Crimin. Violenta - 2010	

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e P/3 38º BPM.

3.1.2 Santa Cruz de Minas

Santa Cruz de Minas é um município com uma área de 3,1 km². Foi elevado à categoria de Vila pela Lei Estadual nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962, emancipado pela Lei Estadual nº 12.030, de 21 de dezembro de 1995, e instalado em 1º de janeiro de 1997. Os primeiros povoadores da região foram os bandeirantes.

É estudada conjuntamente com SJDR por ser uma cidade conurbada,⁸ não tendo limites geográficos espaciais entre suas divisas com SJDR. Tem uma pequena extensão territorial, apenas 3,1 km² e uma população de aproximadamente 7.865 habitantes. Isso a transforma em uma das maiores densidades demográficas do mundo. Não possui área rural, apenas com residências urbanas.

Sem grandes recursos econômicos, possui pouquíssimos recursos na área social disponíveis para sua população. Essa falta de infraestrutura é um dos fatores que já colocou SCM como o terceiro maior Índice de Violência Criminal (ICV) do Estado em 2006, segundo dados da PM. Não possui rede hospitalar, conta com poucas escolas de Ensino Médio e seu comércio em geral é insuficiente, sendo que é muito dependente de SJDR sob os aspectos econômicos e sociais. Possui uma indústria de extração e beneficiamento de areia de quartzo, uma indústria de beneficiamento de cal e um aglomerado de microempresas (artesanatos e móveis em madeira) e um comércio em geral.

É banhada pelo Rio das Mortes (nome recebido devido às inúmeras lutas travadas na região na época da exploração do ouro). Em um determinado ponto do rio, havia uma passagem obrigatória das embarcações. Essa passagem ficou conhecida como "Passagem do Rio das Mortes", depois, progressivamente, passou a se chamar Porto da Passagem, Porto Real da Passagem, Vargem do Porto e, finalmente, Porto. Essa última denominação é por que ali chegavam e saíam em jangadas mercadorias de toda a região (gêneros alimentícios, vestuários etc.). Foi desse Porto Real da Passagem que partiram aqueles que, procurando ouro, dariam origem aos Arraiais da região. Hoje, as cidades de SJDR, Tiradentes e SCM.

Na região denominada Córrego (Arraial do Córrego), teve origem o povoamento da atual SCM. Ali, estabeleceram-se os primeiros moradores em antigas fazendas, vindos do Porto Real da Passagem à margem direita do Rio das Mortes. Esses Arraiais, com o passar dos tempos, começaram a pertencer à Vila de São José, hoje Tiradentes, e só em 1995 aconteceu sua emancipação.

⁸ É a unificação da malha urbana de duas ou mais cidades.

Em 29 de junho de 1937, foi celebrada a primeira missa campal com a bênção da pedra fundamental para a construção da capela, com a autorização do Padre José Bernardino da Silveira. No local, foi erguido um Cruzeiro, que originou o nome de SCM.

Na área de segurança pública, a cidade é sede de uma Delegacia da Polícia Civil e de um Pelotão da PM. Pertence à comarca de SJDR.

Quadro 2: Dados econômicos, sociais e geográficos de SCM.

População em 2010	7.865 hab
Área territorial	3,1 km ² ;
Densidade demográfica (2010)	2.202,17 hab./km ²
Nº da pobreza e desigualdade (2008)	36,64%
PIB total	31.112,144 mil
PIB <i>per capita</i> (2008)	R\$ 4.084,03
Total de estabelecimentos de saúde (2008)	04
Hospitais (2010)	00
Frota de veículos (2009)	Automóveis – 1.102 Motos – 670
Nº de domicílios (2010)	2.890
IDH (2008)	0,755
Esperança de vida	*
Taxa de alfabetização	*
Taxa bruta de frequência escolar	*
Agências bancárias	00
Emissoras de TV	00
Jornais impressos	00
Rádios AM e FM	01
Rodovias	02 (BR 265, BR 383)
Ferrovias	00
Aeroporto	00
Altitude	902 m

* Sem dados disponíveis.

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e P/3 38º BPM.

3.2 Apresentação de dados do fenômeno de uso e do tráfico drogas nas cidades de SJDR e SCM

3.2.1 Apreensões de drogas em SJDR e SCM

3.2.1.1 Cocaína

Quadro 3: Quantidade de cocaína apreendida em SJDR e SCM.

DROGA	2006	2007	2008	2009	2010
Cocaína em pó kg	2,15	0,25	0,64	0,26	3,15
Cocaína em pasta kg	0,95	0,38	2,18	0,24	0,03
Cocaína em papelotes	184	305	362	648	741

Fonte: P/3 38º BPM.

Destaca-se, o aumento anual gradativo do número de papelotes apreendidos. A cocaína em papelotes é o produto preparado para o consumo. Mais análise dessa Tabela na seção 5.

3.2.1.2 Crack

Quadro 4: Quantidade de crack apreendida em SJDR e SCM.

DROGA	2006	2007	2008	2009	2010
Crack em pedras (unidades)	180	605	1208	1702	1669
Crack em kg	0,5	7,18	0,7	1,22	2,12

Fonte: P/3 38º BPM.

Verifica-se um aumento anual elevado entre os anos de 2006 e 2009 da apreensão em pedras, mantendo-se praticamente estável em 2010. A pedra é a droga preparada para a venda ao usuário.

3.2.1.3 Maconha

Quadro 5: Quantidade de maconha apreendida em SJDR e SCM.

DROGA	2006	2007	2008	2009	2010
Maconha prensada em kg	336,64	16,6	21,19	27,98	91,37
Maconha em buchas (unidades)	266	473	549	437	404
Maconha (cigarros)	40	41	28	38	54
Maconha (pés)	3	10	46	3	0
Maconha (semente) em kg	0	0,01	0,02	0,05	0,01

Fonte: P/3 38º BPM.

Constata-se que, das drogas mais encontradas e consumidas (além do crack e da cocaína), é a que apresentou maior apreensão na forma bruta (em quilos) antes de ser preparada para venda ao usuário.

3.2.2 Quantidade de registros de ocorrências pela PM de tráfico e de uso de drogas

3.2.2.1 São João del-Rei

Quadro 6: Quantidade de ocorrências de crimes de tráfico e uso de drogas registrados pela PM em SJDR no período de 2006 a 2010.

Tipo de crime / Ano	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Tráfico	37	44	55	64	95	295
Uso	143	103	143	197	220	806

Fonte: P/3 38º BPM.

Observa-se um aumento anual gradativo do número de ocorrências de prisão de envolvidos com o crime de tráfico. O aumento pode ser observado a partir do ano de 2007 de usuários mesmo após o advento e aprovação da Lei nº 11.343, de agosto de 2006.

3.2.2.2 SCM

Quadro 7: Quantidade ocorrências de crimes de tráfico e uso de drogas registrados pela PM em SCM no período de 2006 a 2010.

Tipo de crime / Ano	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Tráfico	04	05	05	04	06	24
Uso	11	14	09	17	11	62

Fonte: P/3 38º BPM.

As prisões por tráfico em SCM apresentam pequenas variações de ano para ano, não tendo um padrão estatístico. O mesmo acontece com as prisões por uso.

3.2.3 Quantidade de pessoas presas pela PM em ocorrências de tráfico e de uso de drogas

3.2.3.1 SJDR

Quadro 8: Quantidade de indivíduos detidos pela PM em ocorrências de crimes de tráfico e uso de drogas em SJDR no período de 2006 a 2010.

Tipo de crime / Ano	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Tráfico	73	117	124	94	168	576
Uso	211	126	170	229	290	1026

Fonte: P/3 38º BPM.

Observa-se uma ascensão anual, exceto no ano de 2009, do número de prisões por tráfico. Já nas ocorrências de uso, houve diminuição nos anos de 2007 e 2008 se comparado a 2006, voltando a aumentar em 2009 e 2010.

Vale destacar que o número de prisões é maior do que o número de ocorrências registradas e apontadas no Quadro 6, visto que em algumas ocorrências há mais de um preso com envolvimento no tráfico.

3.2.3.2 SCM

Quadro 9: Quantidade de indivíduos detidos pela PM em ocorrências de crimes de tráfico e uso de drogas em SCM no período de 2006 a 2010.

Tipo de crime / Ano	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Tráfico	05	08	09	08	19	51
Uso	17	15	09	21	12	74

Fonte: P/3 38º BPM.

Quanto aos presos por tráfico, observou-se um número praticamente constante de 2007 a 2009. Contudo, em 2010, registra-se um aumento bem maior, de oito para 19 indivíduos presos.

3.2.4 Quantidade de Mandados de Busca e Apreensão solicitados e cumpridos pela PM

Quadro 10: Quantidade de Mandados de Busca e Apreensão solicitados e cumpridos pela PM em SJDR e SCM no período de 2006 a 2010.

ANO	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
NR MBA	*	96	92	81	185	454

* Sem dados.

Fonte: P/3 38º BPM.

Não há dados do ano de 2006. Nos anos de 2007 a 2009, os Mandados de Busca e Apreensão apresentaram redução. Em 2010, houve grande aumento de tal operação, que saltou de 81 registros do ano anterior para 185.

3.2.5 Quantidade de Presos

Quadro 11: Quantidade de presos recolhidos no Presídio Regional de São João del-Rei, considerando a população total e os presos acusados e/ou condenados somente por tráfico de drogas em agosto de 2011.

TIPO DE REGIME		NÚMERO DE PRESOS		
		TOTAL GERAL	SOMENTE POR TRÁFICO	
		QUANTIDADE	QUANTIDADE	%
CONDENADOS	FECHADO	186	69	37,09
	SEMIABERTO	94	11	11,70
PROVISÓRIO		155	32	20,64
TOTAL		435	112	25,74

Fonte: Presídio Regional de SJDR.

Pode se verificar que, da população carcerária total (435 presos) em agosto de 2011, mais de 25% deles estão encarcerados pelo crime de tráfico de drogas. Dos presos em regime fechado, esse percentual sobe para 37,09%. Dos presos condenados de SJDR (somando-se os presos do regime fechado e do semiaberto), há um total de 280 presos e, destes, 80 são condenados por tráfico, o que representa 28,60% desse universo.

3.2.6 Denúncias da Comunidade

Quadro 12: Quantidade de denúncias anônimas relacionadas a crimes de drogas via Disque Denúncia Unificado (DDU) de Minas Gerais e pelo telefone 190 do COPOM do 38º BPM.

Tipo de denúncia / Ano	2006	2007	2008	2009	2010	Total
DDU	*	*	*	133	210	343
190	15	33	104	137	212	501

* DDU ainda não implantado.

Fonte: P/3 38º BPM.

Constata-se um aumento anual do número de denúncias da comunidade referente a tráfico e uso de drogas via telefone 190. Tal situação se aplica na análise dos dados quando a denúncia via DDU foi implantada no 38º BPM a partir de 2009.

3.3 Evolução social do fenômeno

A evolução do uso de drogas aconteceu concomitantemente à evolução humana. As primeiras drogas surgiram mediante a fermentação de vegetais, proporcionando o aparecimento de uma substância semelhante ao álcool que conhecemos hoje. Ao longo dos tempos, foram descobertos diversos tipos de rituais culturais e históricos que cultivavam o uso de substâncias psicoativas como parte da cultura de diversos povos em variados períodos distintos da História. Algumas substâncias já foram consideradas drogas ou mesmo passivas de punições sua ingestão. Com o tempo, foram desconsideradas, transformando-se em substância comumente utilizada. Exemplos são o chocolate e o açúcar, que foram de uso proibido e/ou restrito na Europa na Idade Média.

A evolução cultural da humanidade, bem como a Revolução Industrial, foi capaz de criar substâncias que primeiramente foram utilizadas com fins medicinais para tratamento de enfermidades, sobretudo doenças que provocavam dor excessiva. Para amenizar as dores, eram utilizadas substâncias extraídas de vegetais, cuja fórmula ativa era capaz de causar um efeito analgésico. Alguns rituais tribalistas, de habitantes da América do Sul e da África, foram inseridos na cultura europeia com a colonização da América e com a exploração escravagista da África. Tais contextos globalizaram esses costumes tribais, democratizando a utilização de drogas por populações diversas.

Nos dias atuais, o uso de drogas transformou-se em um comércio ilegal, mas lucrativo. Essa situação evoluiu ao longo dos tempos, alcançando, um patamar tão perigoso e degradante, que já é considerado o mal do século. Registra-se, hoje, que a escalada vertiginosa da violência pode ter influência direta com o surgimento do crack, sendo a droga que tem gerado problemas na segurança pública, bem como já é considerado uma epidemia, transformando-se um problema de saúde pública.

Sapori e Medeiros (2010), apontando as três principais drogas mais consumidas no país, afirmam que “o crack, como outras drogas apontadas como problema social, está associado à lógica estrutural e sua caricaturização” (p. 181). Verifica-se, então, que há um desenho histórico entre as ideologias sociais e as drogas consumidas. Explicam, ainda, os autores que, no período da contracultura (reflexão paz e amor), foi potencializada a maconha. Já a cocaína se potencializou na Revolução Industrial, período da produção em série da negociação e da ampliação dos negócios. Já o crack produz um consumo compulsivo com efeito imediato e de prazer, sendo considerado a “efígie da sociedade contemporânea”, caracterizada pelo

consumismo. As cidades abordadas no estudo se incorporaram às tendências nacionais, contextualizando-se nesse perfil evolutivo do fenômeno das drogas.

3.4 O tratamento do usuário em SJDR

3.4.1 Clínica de atendimento

Em SJDR, há apenas uma clínica especializada no tratamento de dependentes químicos. Ela atende ainda à SCM e a outras cidades da região. É uma ONG denominada Associação de Parentes e Amigos dos Dependentes Químicos (APADEQ).

3.4.1.1 Histórico

Fundado em 9 de fevereiro de 1988, o centro de tratamento Vila Esperança iniciou suas atividades no dia 22 de junho de 1998. A associação funciona à Rua Édipo Monteiro Castanheira, 675, Bairro Pio XII. Sua fundação ocorreu por pessoas que tiveram a oportunidade de se recuperarem da dependência química ou de assistir e participar de um processo de recuperação de um parente ou amigo.

Desde sua fundação, tem uma concepção racional e humana da doença da dependência química. Seus principais objetivos são a prevenção e a paralisação dessa doença, propiciando tratamento e apoio para a recuperação dos doentes e sua reintegração na sociedade. Para isso, a APADEQ conseguiu, após dez anos de lutas, concluir um sonho que era a Vila Esperança. Essa Vila é um centro para tratamento de dependência química, que foi projetado e construído especificamente para esse tipo de atendimento.

3.4.1.2 Sustentabilidade

A Vila Esperança se mantém por meio de contribuição voluntária de pessoas da comunidade de SJDR e de outras cidades da região. As contribuições são arrecadas por intermédio de um sistema de telemarketing mantido pela instituição. Membros da Associação abordam que, embora a dependência química tenha se tornado um problema de saúde pública, o apoio governamental para a manutenção de Vila Esperança tem se tornado cada vez menor.

Verifica-se que a entidade não tem fins lucrativos, bem como não tem conotação política ou religiosa, de caráter assistencial, educativo e científico. A

instituição é totalmente legalizada, possui toda a infraestrutura para esse gênero de trabalho e atende a ambos os sexos.

3.4.1.3 Estrutura física

São 1.270m² de área construída, em terreno próprio de 5.138 m². Seu espaço físico se compõe de pátio para recreação, sala de refeições, cozinha, lavanderia, recepção, escritório da administração, auditório, consultório médico, salas destinadas para palestras e reuniões em grupo, salas para terapias, nove quartos, 14 banheiros e capacidade para 37 leitos, sendo 28 masculinos e nove femininos.

3.4.1.4 Tipos de serviços

3.4.1.4.1 Internação

Esse tipo de tratamento tem como pressupostos a voluntariedade e a motivação do usuário para buscar a recuperação. A motivação do candidato ao tratamento, bem como suas condições psicofísicas são avaliadas em entrevista feita por profissionais do centro – psicólogos e conselheiros em dependência química e médico psiquiatra. A não-admissão à internação ou o encaminhamento para outras clínicas pode ocorrer em casos em que o paciente nega a se internar e em casos em que o paciente apresenta sintomas de aceitar o vício e que estejam além do escopo do tratamento ou em condições clínicas que representem riscos para o paciente.

3.4.1.4.2 Tratamento residencial

Após a entrevista de admissão, uma vez atendidos todos os critérios, inicia-se o tratamento. Trata-se de um período de 30 a 40 dias de permanência na Vila Esperança. O paciente é acompanhado por um terapeuta, que desenvolve seu Plano Individual de Tratamento. A alta depende do cumprimento de expectativas e metas individuais associadas à mudança de valores e conceitos. Os principais objetivos são a abstinência total de substâncias psicoativas e a mudança de estilo de vida. Durante o tratamento, o residente participa de palestras, reuniões de Grupos Anônimos de Mútua Ajuda, como Alcoólicos Anônimos (AA) e Narcóticos Anônimos (NA), dinâmicas, diversas atividades terapêuticas em grupo e individuais, atividades com a família, assiste a filmes e depoimentos. No decorrer do processo, o paciente é avaliado e monitorado por uma equipe terapêutica multidisciplinar composta por conselheiros em

dependência química, médico, psicólogos e monitores, que acompanharão o residente passo a passo.

3.4.1.4.3 Pós-tratamento

Inicia-se após o paciente receber alta do tratamento residencial. Tem duração de seis meses. Seu principal objetivo é ajudar o indivíduo no seu processo de reintegração social e familiar, priorizando a manutenção da abstinência total de substâncias psicoativas e o processo de reformulação do estilo de vida. Inicialmente, as sessões são semanais, diminuindo a periodicidade gradativamente.

3.4.1.4.4 Programa familiar

Realizado aos sábados, é uma atividade destinada aos familiares dos dependentes químicos durante o período em que se encontram internados. Visa a informar, orientar e oferecer um espaço terapêutico para que possam expressar seus sentimentos e conflitos provenientes da doença e a iniciar um processo em busca de qualidade de vida. Consta de palestras, atividades com o dependente químico em tratamento, depoimentos, exibição de filmes sobre a dependência química e dinâmicas em grupo.

3.4.1.4.5 Atendimento e tratamento ambulatorial

É um tratamento individual e de grupo, que não implica confinamento. O paciente frequenta sessões semanais de atendimento terapêutico. Tem como objetivos gerais: acolhimento inicial do paciente, encaminhamento do paciente para o tratamento que mais se adequar ao seu perfil diagnóstico por meio de triagem e assistência terapêutica a dependentes químicos e familiares. Utiliza intervenção e terapia breve, de cunho informativo e com orientações. O público atendido são os pacientes que estão à espera de algum tratamento, pacientes que solicitam acompanhamento terapêutico, com o fim de iniciar ou dar continuidade ao processo de recuperação, e familiares que procuram os serviços da instituição.

3.4.1.4.6 Equipe técnica

A APADEQ conta com uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, conselheiros em dependência química, monitores e psiquiatra. O tratamento é baseado no modelo Minnesota e utiliza técnicas de diversas abordagens da Psicologia. O modelo Minnesota foi desenvolvido na década de 1930, no Hazelden Rehabilitation Center, no estado de Minnesota, EUA, a partir de uma parceria entre um hospital psiquiátrico estadual e Alcoólicos Anônimos. Hoje, esse modelo é utilizado em milhares de clínicas nos Estados Unidos e em clínicas do Brasil. Nesse modelo, o paciente é incentivado a reexaminar seus valores e relacionamentos por meio de palestras, aconselhamento individual e dinâmicas de grupo. Adota como síntese: os profissionais e pacientes colaboram para definir o caminho da recuperação, foco na mudança do estilo de vida, foco no longo prazo da reabilitação do dependente e abordagem de sistemas sociais, como a família, amigos e grupos de ajuda mútua.

3.4.1.4.7 Perfil dos pacientes

Recebem-se, para tratamento, todas as pessoas a partir de 16 anos de idade, de ambos os sexos, independente da classe social que ocupa e do grau de escolaridade, que estejam em situação de abuso ou dependência de substâncias psicoativas, com condições razoáveis de saúde física e psiquiátricas, que não têm necessidade de um suporte clínico maior e que estejam dispostas a buscar um tratamento. Há acolhimento para familiares de pessoas envolvidas com uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas que necessitam de atendimento para orientação ou encaminhamento.

3.4.1.4.8 Principais dificuldades

Com capacidade de tratamento para 33 pacientes, isso equivale a aproximadamente 330 pacientes por ano. Devido ao reconhecimento social da instituição, o número de pedidos para internação tem aumentado. Por causa do aumento do abuso e dependência de drogas em nossa sociedade, tem proporcionado uma demanda maior à instituição, sendo que a APADEQ tem atendido abaixo da sua capacidade devido às dificuldades financeiras. Tem se mantido graças às contribuições que são arrecadadas por meio de um sistema de doações pelo telemarketing. Um problema sério que se põe atualmente é o aumento sucessivo do

custo das linhas telefônicas. No entanto, apesar das dificuldades, a qualidade dos serviços tem sido preservada.

4 PREVENÇÃO CRIMINAL AOS DELITOS NAS CIDADES EM ESTUDO

4.1 Prevenção e repreensão ao uso e tráfico de drogas nas cidades de SJDR e SCM

A repreensão a todo e qualquer delito cabe a todas as forças policiais do sistema de defesa social de Minas. A Constituição Federal, bem como a Constituição Estadual, estabelecem que a Polícia Militar detém a exclusividade do policiamento ostensivo e do policiamento preventivo. Quanto aos delitos em estudo, a PM de SJDR e de SCM atua preventiva e repreensivamente no combate às drogas. Com o apoio do MP e do PJ, a PM tem realizado operações, de cumprimento de mandados de buscas e apreensão, que têm possibilitado realizar diversas prisões e apreensões dos delitos de tráfico de drogas.

Conforme descrito na Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 03/2.002 – CG (DPSSP nº 03/2002 – CG), o químico e professor José Elias Murad entende que a redução da oferta é um trabalho típico policial, ou seja, o combate ao tráfico cabe às forças policiais federais e estaduais.

A DPSSP nº 03/2002 – CG, p-3, enfatiza que a atuação repreensiva ao delito de tráfico de drogas se torna uma atuação determinante, pois o tráfico de drogas, conforme o sociólogo Túlio Kahn (1998), “[...] é o único crime que leva a outros delitos. O usuário de drogas rouba para sustentar o vício e é morto se não paga o traficante”. Efetuando operações repressivas com o cunho de diminuir a oferta, as instituições policiais atuam diminuindo a incidência de outros delitos, principalmente contra o patrimônio, visto que, tanto para o usuário quanto para o traficante, há uma enorme necessidade de capital para bancar seus crimes.

A forma de atuação será abordada com maiores detalhes na seção 6 – Análise dos Resultados da Pesquisa.

Quanto à prevenção, uma das formas utilizadas pelo 38º BPM é o Programa de Educação e Repreensão ao Uso de Drogas (PROERD), voltado às crianças do 4º e do 6º anos do Ensino Fundamental nas escolas públicas e particulares. Verifica-se, no Quadro 13, a quantidade de alunos e pais atendidos pelo PROERD em SJDR e SCM.

Quadro 13: Quantidade de alunos formados pelo Programa de Educação e Repreensão às Drogas (PROERD) em SJDR e SCM no período de 2006 a 2010.

ANO	4º ANO	6º ANO	PAIS	INFANTIL
2006	1595	98	*	**
2007	1491	98	*	**
2008	1099	84	*	**
2009	1227	1259	89	**
2010	1327	207	62	207
TOTAL	6739	1746	151	207

* Iniciado somente a partir do ano de 2009.

** Iniciado somente a partir do ano de 2010.

Fonte: P/3 38º BPM.

São desenvolvidos trabalhos preventivos, com diversas palestras a grupos de adolescentes e estudantes entre as idades de 14 a 18 anos, bem como a jovens universitários estudantes das escolas de ensino superior de SJDR. Esse trabalho de prevenção tem como foco orientar e educar crianças, adolescentes e jovens sobre o perigo e riscos causados pelo consumo de drogas, bem como os problemas psíquicos e físicos provocados pelas substâncias químicas existentes nos diversos tipos de drogas.

4.2 Dados estatísticos de SJDR e SCM

Será demonstrada nesta subseção a evolução de alguns crimes que possuem relação direta na segurança pública nos municípios estudados. A demonstração desses dados proporcionará uma análise mais detalhada do estudo do fenômeno dos crimes relacionados às drogas. Esses dados têm por finalidades proporcionar uma comparação entre o combate ao tráfico de drogas e demais crimes que possuem correlação direta ou indireta com o delito anterior.

Nos Quadros 14 e 15, estão inseridos os números das ocorrências de SCM e SJDR, respectivamente, que mais se relacionam com os crimes de uso e tráfico de drogas. Apresentam-se os índices de criminalidade e de criminalidade violenta, que são termômetros utilizados para mensuração da segurança em um determinado local. Tais dados serão úteis para se avaliar o fenômeno do tráfico de drogas e suas consequências, que serão abordadas posteriormente na análise dos resultados das pesquisas.

4.2.1 Dados estatísticos de SCM

Quadro 14: Evolução de ocorrências criminais e preventivas em SCM.

Tipo de ocorrência / ano	2006	2007	2008	2009	2010
Homicídio tentado	8	8	2	2	3
Homicídio consumado	5	1	1	0	1
Lesão corporal	75	57	73	77	79
Roubo	3	2	2	2	2
Roubo à mão armada	3	2	4	4	3
Disparo de arma de fogo	6	3	1	2	0
Operações repressivas *	3	1	22	40	38
Apreensão de armas de fogo	8	14	14	9	3
Total de registros de crimes	493	465	460	521	532
Total de registros de crimes violentos	19	14	9	9	9
Índice de criminalidade	65,69	61,48	60,38	67,92	68,91
Índice de criminalidade violenta	2,53	1,85	1,18	1,17	1,16

* Operação fronteira, antidrogas, desmanche e combate ao crime organizado.

Fonte: P/3 38º BPM.

4.2.2 Dados estatísticos de SJDR.

Quadro 15: Evolução de ocorrências criminais e preventivas em SJDR.

Tipo de ocorrência / ano	2006	2007	2008	2009	2010
Homicídio tentado	55	29	18	7	8
Homicídio consumado	22	17	6	9	6
Lesão corporal	541	531	474	494	435
Roubo	98	98	44	41	17
Roubo à mão armada	65	82	47	36	38
Disparo de arma de fogo	29	30	25	14	9
Operações repressivas *	188	258	293	308	376
Apreensão de armas de fogo	64	50	67	61	41
Total de registros de crimes	4932	5169	4961	4784	4563
Total de registros de crimes violentos	246	231	120	100	76
Índice de criminalidade	58,93	61,29	58,41	55,95	53,02
Índice de criminalidade violenta	2,93	2,73	1,41	1,16	0,88

* Operação fronteira, antidrogas, desmanche e combate ao crime organizado.

Fonte: P/3 38º BPM.

Os dados dos Quadros 14 e 15 retratam que, embora tenha havido um aumento no número de prisões e de ocorrências de combate ao uso e ao tráfico de drogas, o policiamento de SJDR e SCM conseguiu ainda diminuir os registros dos crimes de homicídios, roubos e roubos à mão armada, tendo mantido o número de apreensões de armas e aumentado o número de quantidade de drogas preparadas para a venda aos usuários na espécie de papélotes de cocaína, pedras de crack e buchas de maconha.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

5.1 Tipo de pesquisa

5.1.1 Quanto aos objetivos

Tendo em vista os objetivos propostos para este trabalho, nos quais se buscará analisar o fenômeno do tráfico e do uso de drogas, realizar-se-á uma pesquisa exploratória e descritiva com bases teóricas específicas e afins ao tema, para compreender a evolução das ocorrências relacionadas a drogas nas cidades em estudo.

5.2 Natureza da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa quantitativa e qualitativa.

5.2.1 Quantitativa

Utilizar-se-ão dados existentes, tendo como fonte os bancos de dados do 38º BPM e informações do PJ, da Polícia Civil local e do Presídio Regional de SJDR.

5.2.2 Qualitativa

Foram realizadas entrevistas com autoridades do sistema de defesa social e pessoas de órgãos e instituições ligadas ao tratamento e custódia de dependentes químicos.

5.3 Técnicas de pesquisa

5.3.1 Documentação indireta

Foram examinados os bancos de dados do 38º BPM para se conhecer a evolução do fenômeno, bem como referenciais teóricos de autores contemporâneos com ênfase em teorias sobre o uso e o tráfico de drogas, além de trabalhos acadêmicos relacionados ao assunto.

5.3.2 Documentação direta

5.3.2.1 Entrevista realizada com autoridades integrantes do Sistema de Defesa Social

As entrevistas foram aplicadas diretamente pelo pesquisador, mediante agendamento no local de trabalho do entrevistado, e compostas de questionamentos sobre o assunto em pauta, conforme apêndice.

5.3.2.2 Tratamento estatístico e dados levantados

Foram utilizados alguns traços da estatística descritiva, para ilustrar e afirmar argumentos utilizados neste estudo, tanto em dados levantados em bancos de dados, bem como em entrevistas feitas com as autoridades. Os dados serão: números de ocorrências dos crimes de tráfico e uso de drogas, de homicídios, de furto e de roubos.

5.4 Objetivos

5.4.1 Objetivo geral

Avaliar o fenômeno e a evolução das ocorrências de uso e tráfico de drogas nas cidades de SJDR e SCM no período de 2006 a 2010 e a resposta da Polícia Militar de Minas Gerais a esse fenômeno.

5.4.2 Objetivos específicos

- Verificar se as ocorrências de combate às drogas proporcionaram o aumento de outros delitos que normalmente possuem interligação (homicídios consumados e tentados, roubos e outros).

- Analisar a influência das características turística e universitária nos registros de ocorrências desses delitos.

- Avaliar as ações operacionais da Polícia Militar de Minas Gerais nas cidades estudadas para o combate a esse tipo de ocorrência.

5.5 Objeto da pesquisa

5.5.1 Problema

Embora haja influência de grandes organizações criminosas atuando em SJDR e SCM na venda de drogas, a PM tem desenvolvido ações operacionais que têm permitido apresentar respostas positivas à sociedade local nas ocorrências alusivas a drogas, mesmo encontrando complexidades urbanas e a mudança do *modus operandis* dos usuários e traficantes, que tem dificultado a intervenção da PM?

5.5.2 Hipótese básica

A atuação de PM, interagindo com a PC, o MP, o PJ e a sociedade nas ocorrências de droga, tem proporcionado um aumento dos registros de ocorrências relacionados às drogas, o que indica um combate a tal delito de forma positiva.

5.5.3 Hipóteses secundárias

5.5.3.1 O direcionamento de operações e ações contra o tráfico e uso de drogas e a interação entre a PM e os demais órgãos do Sistema de Defesa Social proporcionaram o aumento do número de prisões de indivíduos ligados a tais delitos.

5.5.3.2 A interação entre os órgãos de defesa social contribuiu para que os resultados obtidos no combate aos crimes de drogas ocasionassem diminuição do número dos crimes violentos e dos crimes de roubo.

5.5.3.3 A participação da sociedade nas denúncias contribuiu para o combate aos crimes relacionados ao tráfico e uso de drogas.

5.5.4 Variáveis

5.5.4.1 Independentes

- A interação operacional da PM com outros órgãos do sistema de defesa social.
- Participação da sociedade nas denúncias de traficantes e usuários.

5.5.4.2 Dependentes

- O aumento do número de ocorrências de consumo e de venda de drogas nas cidades estudadas.

- Diminuição do número de ocorrências de outros crimes, como roubos, homicídios, roubos à mão armada, furto, porte e posse ilegal de armas.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção, apresentam-se os dados da pesquisa de campo, de natureza qualitativa, para a qual foram feitas entrevistas com questões abertas e de natureza quantitativa, baseados nos dados estatísticos da PMMG.

Busca-se, ainda, verificar a pertinência da fundamentação teórica relacionada para o estudo, a comprovação das hipóteses formuladas, bem como a utilização dos dados apresentados na caracterização do objeto de estudo (seção 3).

6.1 Análise da base de dados estatísticos da PMMG

Observando-se os dados estatísticos da base da Terceira Seção do 38º BPM (P/3 – 38º BPM), inseridos na seção 3 deste trabalho, será permitida uma análise das apreensões de drogas nas cidades em estudo.

6.1.1 Apreensões de drogas

6.1.1.1 Maconha

Verificando o Quadro 5, observa-se que ocorreu um aumento gradativo na quantidade de maconha apreendida nas espécies prensada em quilos, em buchas e em cigarros. No ano de 2006, constata-se o registro recorde de 336,64 kg apreendidos de maconha prensada.

6.1.1.2 Cocaína

O Quadro 3 apresenta a quantidade de cocaína apreendida, sendo observado que houve um aumento anual da quantidade de apreensão na espécie em “papelote”. Destaca-se que papelote é a preparação da droga para a venda ao usuário.

6.1.1.3 Crack

Na espécie em pedras, houve aumento gradativo entre os anos de 2006 e 2009. No ano de 2010, verifica-se praticamente a mesma quantidade de apreensão que no ano de 2009. Evolução semelhante é observada nas apreensões em quilo.

6.1.1.4 Análise das apreensões

A análise dos dados de apreensão de drogas permite verificar que, quanto à apreensão de drogas em quilos, a que teve mais quantidade apreendida durante o período em estudo foi a maconha, com 493,78 kg, enquanto o crack somou 11,72 kg e a cocaína, 10,73 kg. Com relação às apreensões em espécie preparada para o consumo (papelote de cocaína, pedra de crack ou bucha de maconha), observa-se que a maior quantidade foi de crack, somando 5.364 pedras, contra a cocaína, com 2.140 papelotes, e a maconha, com 2.129 buchas, ao longo do período estudado.

6.1.2 Registro de ocorrências de prisão por tráfico e de uso e Cumprimento de Mandados de Busca e Apreensão

Para melhor compreensão desta subseção, deverão ser observados os Quadros 6, 7, 8, 9 e 10.

Com base nos dados dos Quadros 6 e 7, verifica-se uma evolução positiva do número de prisões por uso de drogas nas cidades de SCM e SJDR, observando-se uma variação menor em 2008 e 2010 na cidade de SCM.

Quanto às ocorrências de tráfico, observa-se evolução positiva, apesar e um variação em SCM no ano de 2009, que apresentou uma pequena diminuição numérica, passando de cinco para quatro registros.

Com base nos Quadros 8 e 9, constata-se um aumento de indivíduos presos por tráfico e por uso de drogas em ambos os municípios. Observa-se apenas que houve diminuição de prisões em SJDR nas ocorrências de tráfico apenas em 2009 e de prisões por uso em 2007, que voltou a apresentar elevação em 2008. Em SCM, constata-se uma oscilação maior na prisão de usuários, variando para cima ou para baixo, sem uma rotina estatística.

Verifica-se, ainda, um número expressivo de operações de Cumprimento de Mandados de Busca e Apreensão nos municípios estudados, tendo destaque positivo o ano de 2010, que contou com 185 operações dessa natureza. Quanto a esses números, destaca-se o apoio incontinente do PJ e do MP, que sempre atendem aos pedidos formais do 38º BPM na solicitação de mandados para o desencadeamento de operações repressivas qualificadas dos crimes de tráfico e de porte e posse ilegal de armas de fogo, que normalmente são concomitantes ao tráfico, visto que os traficantes normalmente possuem armas de fogo para defesa própria e do território utilizado para o crime.

6.1.3 Análise dos dados sociais

Ao verificar-se os dados sociais das cidades estudadas demonstrados nos Quadros 1 e 2, é possível constatar que:

6.1.3.1 SCM

Possui um alto índice do número da pobreza e desigualdade, registrando 36,64% da população nessa margem social, de acordo com os dados medidos em 2008 pelo IBGE. A média nacional medida naquele ano foi de 26%, o que deixa SCM bem acima da média nacional. Ainda é possível verificar um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), registrando o número de 0,755. A cidade não possui hospital, conta com poucas escolas, não possui ensino profissionalizante e oferece poucas oportunidades e condições de lazer a sua população, que se reporta a SJDR para ter acesso a essas condições sociais. Possui apenas 3,1 km², considerado o menor município do país em extensão territorial, com uma densidade demográfica de 2.202,17 hab./km², a maior do país. Outros dados podem ser acompanhados no Quadro 2.

6.1.3.2 SJDR

Com um índice do número da pobreza e desigualdade de 27,04%, fica um pouco acima do índice nacional, que é de 26%, ambos medidos em 2008 pelo IBGE. Possuía uma população de 84.469 habitantes medida em 2008 pelo IBGE. Vale ressaltar que há uma população flutuante de cerca de 2.000 pessoas, que são estudantes da Universidade Federal de São João del-Rei, que residem em cidades vizinhas e deslocam-se diariamente em processo de ida e volta. Outros residem na cidade, mas não declaram em pesquisas que residem em SJDR. Não há números oficiais, mas se calcula que se enquadram nesse perfil cerca de 4.000 jovens. A Universidade conta hoje com quase 12 mil alunos, sendo um fator econômico importante para a cidade, gerando emprego direto e indireto, pelo fato de possuir obras referentes à expansão de seus *campi*. O aumento repentino do número de vagas oferecidas gerou uma crise no mercado imobiliário provocado pela falta de investimentos em moradias. Isso ocasionou crescimento na procura, elevando os preços de aluguéis e de imóveis à venda, gerando especulação imobiliária.

A cidade é um importante pólo turístico mineiro e nacional, com tradições históricas e religiosas. Famosa pelas suas igrejas, atrai um grande número

de turistas que se hospedam na cidade com o propósito também de frequentar a famosa cidade de Tiradentes, que está somente a 7 km de distância de SJDR e a 5 km de SCM. SJDR é um pequeno polo minerador e siderúrgico, e possui algumas empresas no ramo (Bozel, Fluminense, Melt, Ligas Gerais e outras de menor porte). Outros dados podem ser acompanhados no Quadro 1.

6.2 Análise das entrevistas com autoridades

Neste item, serão preservadas a identificação e a fonte das pessoas que exercem cargos nos órgãos do sistema criminal, penal e judicial nas cidades em análise. Abordar-se-á separadamente cada pergunta direcionada às autoridades. Foram entrevistados membros do MP, PJ e PC. Ao todo, foram entrevistadas dez autoridades da cidade. As perguntas realizadas, bem como a análise das respostas estão nas subseções que se seguem.

6.2.1 Como o senhor analisa o combate ao Tráfico e ao Uso de Drogas realizado pelos órgãos do Sistema de Defesa social nestas cidades?

A grande maioria dos entrevistados consideram positiva a ação dos órgãos, principalmente as ações da PM. Foi possível observar que a maioria das respostas apontam que o combate ao tráfico de drogas carece de maior empenho de alguns setores do poder público, que poderiam adotar medidas mais contundentes para o combate do delito. Na resposta de um dos membros do MP, este considera que, embora haja um combate efetivo, ele não alcança um objetivo eficaz contra o crime de tráfico, sendo dito por ele que *“é acirrado, mas não é eficaz”* e completa, dizendo que, *“apesar de ser uma luta de ‘Davi contra Golias’, a Polícia não pode desistir”*. Outro entrevistado da mesma instituição declara que *“as medidas tomadas se tornaram importantes para a prisão de traficantes, mas não suficientes”*.

Há um consenso entre os membros do MP no que tange à falta de investimento do Estado em aparelhar de maneira adequada as Polícias para poder fazer frente ao rendoso tipo de crime, que, por sua característica lucrativa, segundo um dos entrevistados, *“acaba por torná-lo endêmico”*. Outro entrevistado alega que o *“Estado está se sucumbindo diante da mercancia de drogas”*. Os entrevistados consideram que deveria haver mais interação entre a Polícia Militar e a Civil, na troca de informações e de atuações conjuntas, para realizações de operações específicas para o combate ao tráfico de drogas, a fim de se conseguirem provas por meio de interceptação telefônica, quebra de sigilos bancário, fiscal e outros.

Nas entrevistas ao PJ, vários dos entrevistados apontam falha na realização do policiamento ostensivo pela falta de um policiamento mais permanente nos locais conhecidos como ponto de traficância, ou seja, as bocas de venda de entorpecentes. Foi dito ainda por alguns membros do PJ que não há troca de informações entre as Polícias Militar e Civil.

Na entrevista feita aos membros da PC, as respostas abordam a falta de investimentos públicos em aparelhar as polícias, sobretudo a Polícia Civil. Foi declarado por um delegado que a Delegacia de Entorpecentes possui apenas um delegado e quatro agentes, sendo que essa falta de efetivo ocorre em todos os setores da instituição. Os investimentos devem ocorrer na aquisição de equipamentos modernos capazes de produzirem provas não só contra os pequenos e médios traficantes, mas também contra os financiadores e grandes traficantes. Um dos integrantes da PC disse ainda que *“recursos por parte do Estado devem abranger o tratamento de dependentes”*. Um dos entrevistados declara ainda que deveria haver mais troca de informações entre as instituições e *“entre as diferentes delegacias especializadas da Polícia Civil no cruzamento de informações, que podem levar a constituir provas contra criminosos investigados”*.

6.2.2 Como o senhor analisa as ações da PM nas ocorrências desse tipo de delito?

A maioria das pessoas ouvidas destacaram de forma positiva as ações da PM.

Comparando-se separadamente, foi possível verificar respostas, como a de um membro do PJ, que, na sua percepção, classifica como *“excelente”*. Outro membro do PJ, além de classificar como excelente, acrescentou que, *“através do serviço reservado que consegue informações e levantamentos importantes, permite a ação do policiamento ostensivo e de desencadeamento de operações com presteza e eficiência”*. Outro membro do PJ já entende como *“modesta”* a ação no que diz respeito ao combate *“ostensivo com presença nas ruas dia e noite”*, alegando que o efetivo é insuficiente para fazer frente à demanda existente nas cidades abordadas.

Membros da PC consideram eficientes as ações da PM. Um dos membros da PC estipula que as apreensões de drogas e as ocorrências da PM abrangem 90% das ocorrências de tráfico. Esse entrevistado acha ainda que o pouco efetivo na Delegacia de Tóxico dificulta para que haja uma ação mais eficiente da Polícia Civil, do que pela falta de efetivo suficiente, e acaba tendo que priorizar algumas investigações em detrimento de outras. Outro membro ouvido declara ainda

que, por possuir um efetivo maior, a PM tem conseguido um número maior de apreensões e prisões, *“pois, por ter maior quantidade de agentes, possibilita ações em maior quantidade”*.

Observando-se as respostas dos membros do MP, um de seus integrantes considera como *“uma guerra perversa”* o combate ao tráfico de drogas e declara ainda que *“os traficantes presos acabam sendo substituídos prontamente por outros meliantes, tornando a mercancia da droga uma corrente infundável”*. Outro representante acha que a PM está mais bem preparada e sempre apresenta indícios suficientes que possibilitam o PJ na expedição de Mandados de Busca e Apreensão, e que esses Mandados *“não raras as vezes são cumpridos com sucesso, ensejando grandes apreensões de substâncias entorpecentes”*. Outro membro do MP acha que a *“PM tem iniciativa constante no combate ao tráfico”*, mas que, embora haja muito esforço da Seção de Inteligência, *“os meios de que eles dispõem para o combate é insuficiente”*.

Analisando as declarações das autoridades ouvidas, pode-se considerar como altamente positivas as ações da PM nas cidades em estudo, ela sendo responsável pela grande maioria das operações, apreensões e prisões de pessoas envolvidas com o tráfico e uso de drogas. Constata-se uma confiança tanto do PJ quanto do MP nas solicitações da PM por intermédio do Serviço de Inteligência para expedição de Mandados de Busca e Apreensão. Ressalta-se que alguns dos membros entrevistados acham que deveria haver uma presença maior da PM nos locais em que há maior movimentação e comércio de drogas ilícitas.

6.2.3 Como o senhor analisa a interação entre a PM e os demais órgãos do sistema criminal (PJ, MP e PC) no combate ao uso e ao tráfico de drogas?

Quanto a essa pergunta, a grande maioria dos entrevistados alegou como boa ou ótima a interação entre os órgãos com a PM.

Em análise às respostas, pode se verificar que, para o MP, na opinião de um dos entrevistados, a PM *“possui ótima interação com o MP, estando sempre em contato constante, com troca de informações e de experiência para o aperfeiçoamento das operações policiais”*. Outros membros da mesma instituição concordam com essa afirmação, sendo que acham que há necessidade de maior interação na troca de informações entre a PM e a PC no que diz respeito aos levantamentos e investigações.

Na opinião dos membros do PJ, um dos entrevistados acha que *“é boa, mas pode melhorar”*. Outros acham que é muito boa, sendo que um dos

representantes declara ainda que *“todos estão no mesmo barco e assim devem remar na mesma direção, pois, sem esta interação, não seria possível um combate eficaz.”*

Observa-se, nas respostas dos membros da Polícia Civil, que a interação da PM com o PJ e o MP, no sentido de sensibilizá-los e alertar sobre a escalada negativa dos crimes de drogas, tem resultado em excelentes trabalhos de prisões e buscas e apreensões. Outro integrante, além do que foi citado, acrescenta que a relação entre PM e PC *“precisa ser aprimorada. [...] que não há trocas de informações entre nossas corporações, pois há certo protecionismo com as informações que cada uma das corporações detém”*. Um dos integrantes declarou que ocorre, em alguns casos, a falta de diálogo e entendimento prévio entre os agentes da PC e da PM:

[...] faz com que o delegado de polícia, por insegurança, deixe de ratificar prisões em flagrante e, em outras oportunidades, impede-o de carrear aos autos suporte probatório robusto que dê base confiante ao MP para oferecer a denúncia e certeza ao PJ para efetivar uma condenação.

6.2.4 As ocorrências da PM oferecem elementos probatórios suficientes para proporcionar a condenação dos acusados de tráfico de drogas?

Foi possível perceber que as autoridades entrevistadas, na grande maioria, consideram como positiva as ocorrências da PM nesse aspecto.

Membros da PC analisam que as ocorrências da PM trazem elementos suficientes para o delegado ratificar a voz de prisão dada pelo militar de serviço. Um dos membros da instituição acha que a maior dificuldade é quando nos trabalhos realizados pelo Serviço de Inteligência há apreensão de drogas, sendo estas encaminhadas pelo policiamento fardado. Em algumas situações, os condutores da ocorrência não conhecem detalhes do tráfico para repassar informações durante a audição do flagrante. Outro membro da PC alegou que há situações em que a PM conduz a ocorrência sem que haja a presença de testemunhas e que, embora saiba que, às vezes, é quase impossível conseguir testemunhas, essa ausência, pode impossibilitar a ratificação do flagrante ou de uma investigação mais detalhada.

Integrantes do PJ consideram importantes as ocorrências da PM e que *“valorizam a prova de qualquer crime desde que efetivamente detalhados”*. Um dos entrevistados declara que pode ser melhorada e que é preciso que o relator da ocorrência seja *“quem efetivamente agiu na ocorrência e que em alguns casos isto não tem sido observado”*. Esse entrevistado disse ainda que seria interessante se o

condutor da ocorrência fosse *“municado de informações levantadas pelo serviço reservado”*.

Membros do MP se dividem. Um dos membros considera que, por algumas vezes, a PM age precipitadamente, com *“ansiedade dos policiais em tirar de circulação os traficantes, o que, vez por outra, impede a coleta de prova mais robusta capaz de ensejar uma boa prova no contraditório”*. Outro membro já considera que as ocorrências da PM ensejam expedição de Mandados de Busca e Apreensão e que resultam em prisão temporária quando não há ratificação do flagrante. Outro integrante declara que as ocorrências da PM são provas circunstanciais para pedir a condenação dos réus, mas que, em alguns casos, os policiais não têm informações sobre os levantamentos, apenas conhecem a atuação no momento da prisão ou da operação, *“pois não conhecem os levantamentos da P/2”*. Outro integrante do órgão, com a finalidade de continuar preservando a identidade dos militares da Seção de Inteligência, disse: *“Passei a relacionar como testemunha o comandante da Companhia, que conhecia toda a investigação, bem como a forma de ação dos criminosos e os motivos da busca”*.

Foi possível constatar que as autoridades entrevistadas acham que deveria haver melhor assessoramento dos integrantes da P/2 em repassar e fornecer informações para os executores da prisão, a fim de que possam relatar no Boletim de Ocorrência e prestar depoimentos mais contundentes quanto à ação e ao *modus operandis* dos traficantes.

6.2.5 Os depoimentos dos policiais militares requisitados como testemunhas nas audiências de instrução nos processos de tráfico de drogas possibilitam formar juízo suficiente de culpa dos réus envolvidos nesse tipo de delito?

Neste questionamento, foi possível verificar que os depoimentos, tanto na fase do inquérito feito pela PC quanto na fase processual judicial, são considerados de extrema valia para auxiliar na formação de culpa.

Nas respostas dos membros do PJ, foi verificado, por um de seus integrantes, que é *“muito importante, principalmente quando estão bem informados”* e que são imprescindíveis, pois estiveram em contato direto com os fatos. Outro membro da instituição considera de forma semelhante, usando o adjetivo *“fundamental”*, pois estão na *“linha de frente das ocorrências”*.

Os membros do MP classificam como essencial . Considerando a declaração de um de seus integrantes, ele aborda que, *“embora seja inobstante a constante tentativa da defesa dos acusados de tráfico em tentar desqualificar as*

testemunhas policiais militares responsáveis pelas prisões, é impossível negar-lhes sua importância dentro de um conjunto probatório". Outro promotor acrescenta ainda que *"alguns policiais conseguem expor de maneira mais clara os fatos do que outros"*.

Integrantes da PC relatam que são de extrema valia, sendo que um dos entrevistados analisa que os *"policiais militares estão no calor, no momento da ocorrência do crime, e trazem com eles o retrato da realidade vivenciada no momento da efetivação da prisão"*.

É possível constatar que os depoimentos dos policiais militares que trabalham em SCM e SJDR apresentam subsídios para a produção de provas contra os acusados de tráfico.

6.2.6 Na opinião do senhor, há alguma coisa que pode ser melhorada pela PM no combate a esses tipos de delitos?

Um dos membros do MP declarou que a PM, dentro de suas limitações, é responsável, com toda certeza, por mais de 90% das prisões e que o que deve ser melhorado é o fato de que militares participantes da ocorrência e que sejam os condutores da ocorrência na Delegacia e arrolados como testemunha no processo judicial *"conheçam efetivamente os dados da investigação preliminar realizada pela P/2"*. Outro membro considerou ainda a necessidade de maior policiamento ostensivo nas áreas de maior movimentação de pessoas, sobretudo nos finais de semana, além de implementação de mais operações de incursões nos locais em que funciona a venda de drogas, embora reconheça que a PM local *"trabalha no seu limite e que tais operações exigem planejamentos estratégicos minuciosa e previamente traçados, como uma ação de Estado, propriamente"*. Outro membro do MP considera que, se os policiais militares *"tivessem melhores noções de como funciona o processo criminal em si, os resultados práticos poderiam ser otimizados"*.

Um Integrante do PJ aborda que pode ser feito mais, mas reconhece que, para que haja *"ações mais efetivas, faltam investimentos do Estado"*. Saliencia a necessidade de maior policiamento nas comunidades mais fragilizadas e diz ainda que *"é preciso lembrar que as grandes organizações criminosas estão mais avançadas em tecnologia do que a própria estrutura da segurança pública"*. Esse entrevistado considera ainda que a PM *"chega às raias do milagre"* nas ações que realiza. Outro membro do PJ declara que falta uma interação mais eficiente com os órgãos do Sistema de Defesa Social. Um dos membros declarou que é preciso que os agentes de repreensão estejam bem entrosados, com a troca constante de informações, formando-se um banco de dados com os nomes, apelidos, área de atuação, *modus*

operandi dos traficantes, além da necessidade de se disponibilizarem melhores recursos tecnológicos para um combate mais eficiente.

Para os integrantes da PC, estes avaliam que há necessidade de maior aproximação dos setores de inteligência das instituições (PM e PC). Um dos membros considerou ainda o PROERD como exemplo de prevenção, que se deveria estendê-lo para os adolescentes com mais idade e que acha que, nesse trabalho de prevenção, a PM e a sociedade como um todo deveriam *“contar mais com os órgãos de ação social da União, Estado e Município”*.

6.3 Análise comparativa da evolução quantitativa dos crimes em estudo e de outros delitos

Nesta subseção, será analisada a atuação do policiamento nos crimes relacionados às drogas e a evolução dos demais crimes que por sua natureza se interagem com os crimes de uso e tráfico de drogas. Estudiosos apontam os crimes contra o patrimônio, como latrocínios, roubos e furtos, e os crimes contra a pessoa, homicídios consumados e tentados e lesões corporais, como delitos que podem interagir com os crimes relacionados às drogas. A interligação com os crimes contra o patrimônio verifica-se pela necessidade de o usuário adquirir a droga para seu consumo quando ele não possui dinheiro para comprar, o que o leva a cometer furtos e roubos para conseguir dinheiro e adquirir a droga para o consumo. Já os crimes contra a pessoa, homicídios, ameaças e lesões causadas por espancamentos, ocorrem, na maioria das vezes, pela cobrança por dívida de usuários e “aviões” que devem ao dono da boca.

Túlio Kahn declara que o crime de tráfico de drogas é um crime que leva à ocorrência de outros delitos, pois são comuns roubos em proporções maiores com a finalidade de financiar a compra ou para repor o dinheiro perdido na apreensão. Outro crime proveniente do tráfico é o comércio ilegal de armas de fogo. As armas normalmente são utilizadas pelos traficantes para defender seu território de outras facções rivais. Em alguns locais, essas armas são utilizadas não somente para defender os territórios de gangues inimigas, mas para desafiar a Polícia, que representa a força do Estado na manutenção da ordem pública. Outro crime que pode estar relacionado é a lavagem de dinheiro, necessária para tornar legal o dinheiro adquirido mediante ações delituosas. Esse tipo de delito apresenta maior dificuldade de ser combatido pela PM, visto depender de um processo investigativo.

No que diz respeito às cidades estudadas, embora tenha havido uma ação incisiva da PM no combate aos delitos de tráfico de drogas, não se tem registro de ações criminosas praticadas por organizações criminosas voltadas a atingir as instituições integrantes do sistema de defesa social ou qualquer de seus membros individualmente, conforme ocorre em centros maiores.

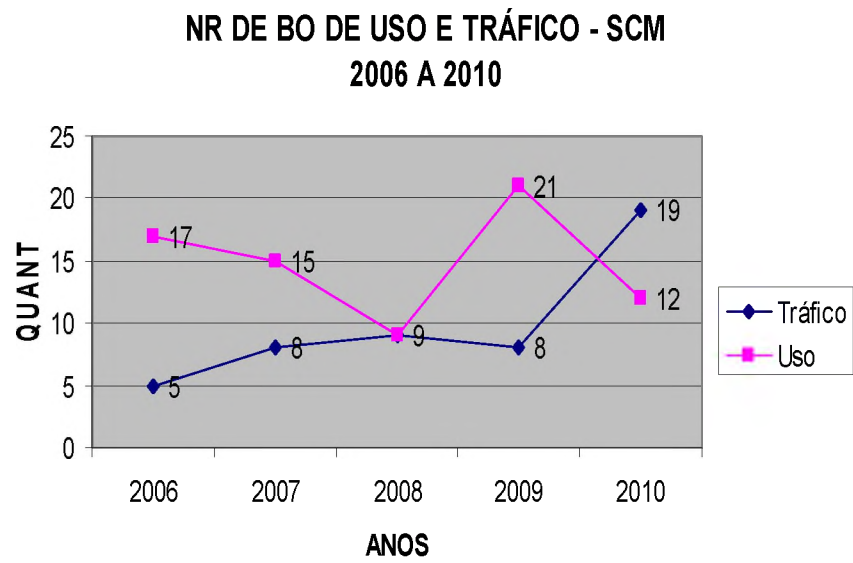
Observações durante diversas prisões de envolvidos nos crimes de tráfico levam a concluir que as cidades em estudo recebem drogas de diferentes centros, tais como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Desse último, pode se dizer com maior influência por ter uma atuação na distribuição da droga comercializada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Isso pode ser comprovado por ocorrências, como uma operação que foi feita, que resultou em prisão de um membro daquela facção no momento em que fazia a entrega de drogas a um integrante de uma facção do tráfico de SJDR.

Outro fato que comprova essa ligação foi um homicídio registrado no ano de 2010, em que membros do PCC se estabeleceram temporariamente na cidade para cobrar uma dívida de droga de um revendedor conhecido no meio policial. Esses integrantes estavam circulando em um dos morros da cidade com o propósito de executar esse devedor. Não conseguindo localizar o revendedor/devedor, como forma de vingança e de demonstração de força e com o propósito de esparramar o terror, executaram um “dos braços direito” do revendedor. Tal ato serviria também como aviso de que o não-pagamento da dívida seria cobrado com a morte do devedor ou de outras pessoas próximas.

Há informações de caráter reservado que comprovam essa ligação entre o crime de tráfico nas cidades estudadas com facções criminosas do estado de São Paulo.

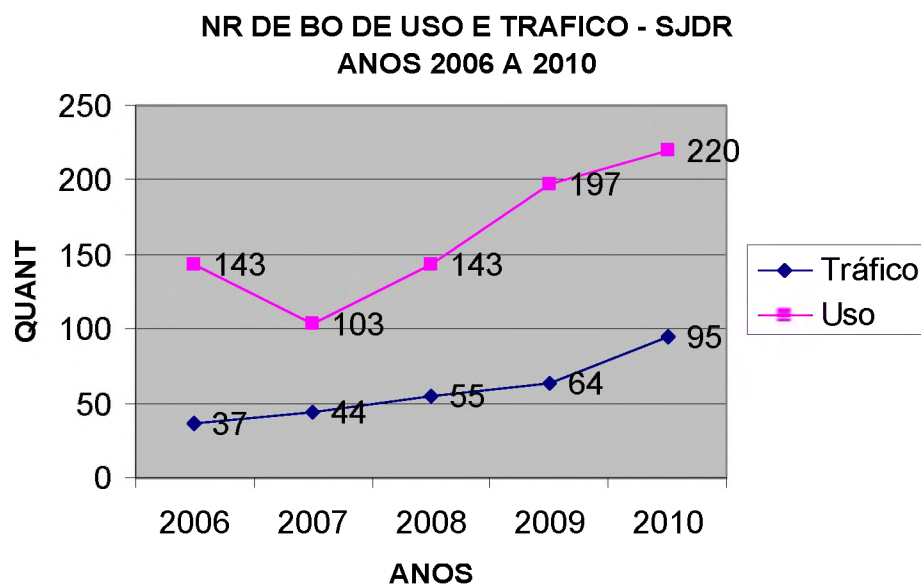
Nos Gráficos a seguir, será demonstrada a evolução das ocorrências de tráfico e de uso nos municípios em estudo.

Gráfico 1: Evolução dos crimes de tráfico e uso de drogas em SCM nos anos de 2006 a 2010.



Fonte: P/3 do 38º BPM.

Gráfico 2: Evolução dos crimes de tráfico e uso de drogas em SJDR nos anos de 2006 a 2010.

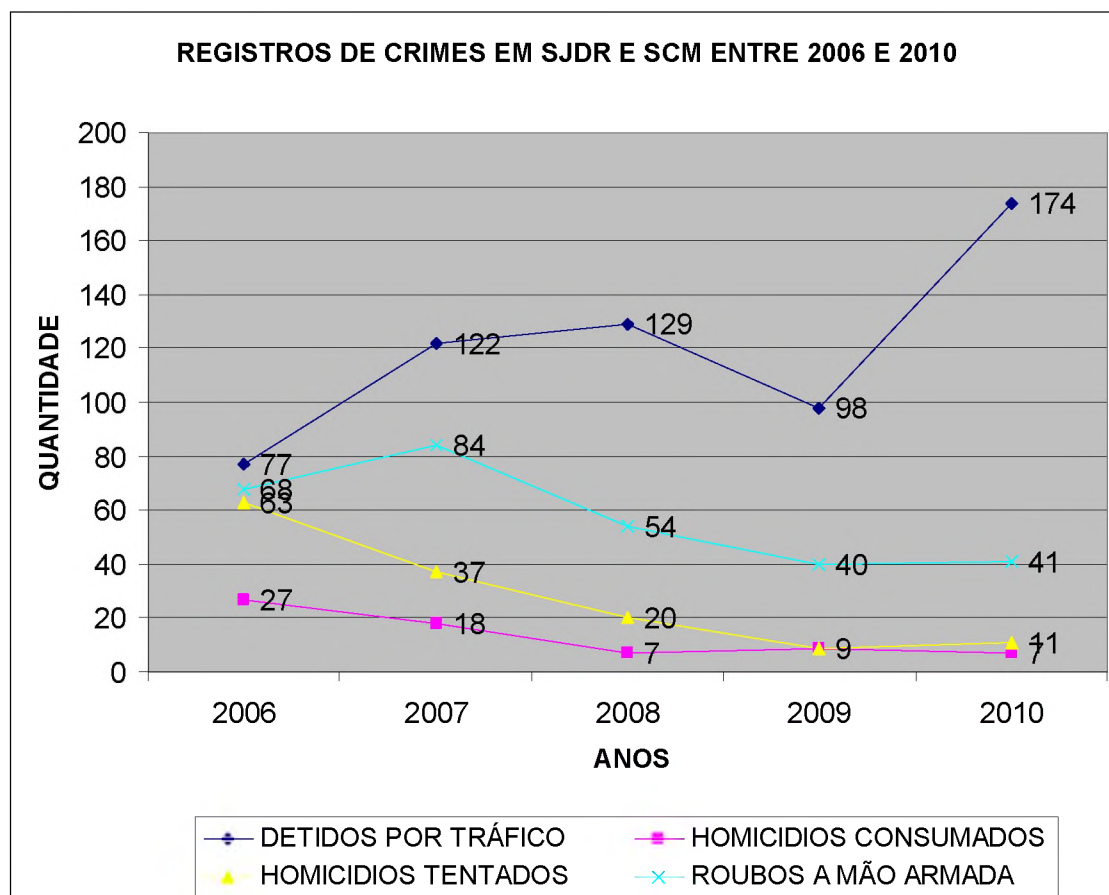


Fonte: P/3 do 38º BPM.

Observando os Gráficos 1 e 2, é possível constatar uma evolução positiva no registro de ocorrências de tráfico nas cidades em estudo. As ocorrências de uso já apresentam uma variação flutuante em SCM. Em SJDR, houve uma diminuição dos registros em 2007, com elevação sucessiva nos demais anos. Tais números comprovam um combate efetivo e sistêmico realizado pela PM nas cidades em estudo, demonstrando uma atuação voltada para o combate a esses delitos e contando com o apoio do MP e do PJ, parceiros nessa empreitada contra os delitos relacionados às drogas.

No Gráfico 3, será apresentada uma análise, comparando os números relacionados aos registros de ocorrências de tráfico e de outros delitos.

Gráfico 3: Evolução do número de ocorrências nas cidades de SJDR e SCM nos anos de 2006 a 2010.



Fonte: P/3 do 38º BPM.

Ao analisar o Gráfico 3, é possível constatar que houve aumento gradativo ano a ano, no período estudado, de prisões pela PM de indivíduos envolvidos com o tráfico em ambas as cidades. A variação entre o número final no ano de 2006 e o número final de 2010 foi de 226% de aumento das prisões.

É possível verificar que houve redução nos crimes de homicídios consumados e tentados. Os homicídios consumados apresentaram uma redução gradativa ano a ano, com exceção do ano de 2009, que apresentou um aumento, comparando-se com o ano de 2008. Levando em consideração os números finais do ano de 2006 em comparação com o ano de 2010, observa-se uma redução de 386%.

Analisando a evolução dos crimes de roubos à mão armada, verifica-se uma diminuição dos registros, sendo que o ano de 2007 apresentou um aumento, comparando-se com o ano de 2006. Após 2007, apresentou queda até o ano de 2009, com um pequeno aumento em 2010 de um caso a mais no universo de 40 crimes

ocorridos em 2009. Esse crime apresentou uma variação maior entre aumento e redução nos anos considerados para o trabalho, mas, levando-se em conta o número final de registros no ano de 2006, comparando-se com o mesmo dado em 2010, constata-se um declínio de 60% dos registros. Esse tipo de roubo normalmente é efetuado por quadrilhas ou cometido por mais de uma pessoa, visto que dados da PM local apontam que frequentemente eles são cometidos por mais de um indivíduo utilizando motocicletas, havendo, na maioria das vezes, cobertura para fuga de mais de uma motocicleta.

Ao observarmos o Quadro 15, constata-se uma diminuição acentuada do número de roubos em que não houve emprego de arma de fogo em SJDR. Esses roubos são cometidos por indivíduos que usam de força física para ameaçar e retirar da vítima o objeto pretendido na prática do crime. Esse delito é praticado, a exemplo dos furtos por usuários, com a finalidade de obtenção de recursos para aquisição de droga para uso, conforme descreve Vieira (*apud* SAPORI; MEDEIROS, 2010, p. 114). Já em SCM, esse delito apresenta uma regularidade nos seus registros, conforme pode ser verificado no Quadro 13.

Outro tipo de delito que merece uma análise são as ocorrências de disparo de arma de fogo inseridas nos Quadros 14 e 15, que apresentam dados de SCM e de SJDR, respectivamente. Em ambas as cidades, apresentaram quedas circunstanciais, destacando-se em SJDR, entre os anos de 2008 e 2010. O que se verifica nesses tipos de registros é que podem ocorrer em virtude de ações de facções ou gangues rivais, que passam pelo território de grupos adversários, pilotando motocicletas e efetuando disparos contra indivíduos da outra facção que se encontram em via pública. Esses fatos ocorrem quando há desacertos entre membros da mesma facção na luta pelo controle da boca.

As cidades em estudos apresentam diversas facções rivais que se autodenominam grupos criminosos. Em virtude de atuações da Polícia Militar conjuntamente com a Polícia Civil, MP e PJ, essas organizações foram desmanteladas e, atualmente, têm atuação quase inexpressiva em ações criminais. Nos anos de 2005 a 2007, as principais facções que atuavam eram o Comando das Águas Férreas (CAF), do bairro Tejuco; o Comando da Força Serrana (CFS), do bairro Senhor dos Montes; o Comando da Serra (CS), do bairro Alto das Mercês; o Comando do Matozinhos (CM), do bairro Matozinhos; o Comando do Maquiné (CMA), do bairro Colônia do Marçal; e o Comando Santa Cruz (CSC), da cidade de SCM, que possuía seu comando próprio. Eram comuns homicídios praticados contra membros de gangues rivais, tendo sido registrada diminuição desses delitos relacionados às

gangues após a desarticulação dessas facções, com prisões de diversos integrantes pertencentes a esses grupos criminosos.

Pode-se verificar que, embora tenha havido um aumento constante do combate aos delitos do uso e do tráfico de drogas, os dados estatísticos apresentaram diminuição de outras ocorrências criminais diversas, que, por suas características, podem ter ligação com os crimes relacionados às drogas.

6.4 Envolvimento da comunidade

Um aspecto importante e positivo na redução dos índices criminais nas cidades em estudo foi a participação da população. Vale destacar que, devido à mobilização da comunidade e de diversas entidades de classes que manifestaram sobre os números elevados dos índices criminais na região, o governo do Estado, no ano de 2005, criou o 38º BPM na rearticulação operacional da PM. Com a implantação do 38º BPM, houve um aumento do efetivo da PM nas cidades de SJDR e SCM. Essa elevação a Batalhão possibilitou investimentos logísticos, como aumento do número de viaturas, armamentos e equipamentos, bem como a construção de uma sede nova, capaz de atender às necessidades administrativas e operacionais de um Batalhão.

Nas ações da PM no combate aos delitos criminosos nas cidades em estudo, foi a participação comunitária em repassar denúncias um fator preponderante que contribuiu para se alcançar a redução criminal e aumentar o número de prisões e de operações preventivas e repressivas contra os crimes de tráfico de drogas e os demais correlacionados.

Esses números podem ser observados analisando-se o Quadro 12, que demonstra um aumento consecutivo das denúncias anônimas via telefone 190, ano a ano, bem como um aumento dessas denúncias pelo Disque Denúncia Unificado do Estado, via telefone 181. Isso representa uma confiabilidade da comunidade nas atuações da PMMG. Vale ressaltar, nessa interação comunitária, o papel da imprensa local, que conta com três jornais escritos de circulação semanal, um canal de TV aberta e várias rádios AM e FM. Esses meios de comunicação são instituições essenciais na divulgação das ocorrências e das atuações policiais do 38º BPM, bem como na difusão de reportagens e boletins preventivos e informativos. Essa parceria auxilia na divulgação dos trabalhos da PM, bem como noticia aos cidadãos de ambas as cidades as atividades desenvolvidas pela PM.

A aproximação com a comunidade, adotando diretrizes conceituais e interações voltadas para a prática do Policiamento Comunitário, foi um fator que possibilitou à população um acesso e aproximação maior à PM, possibilitando melhor

interação entre ambas e resultando em troca de informações e de denúncias anônimas.

A Constituição Federal, em seu art. 144, e a Constituição Estadual, em seu art. 136, trazem em seus textos que “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, [...]”. Há conceito pacificado de que “[...] responsabilidade de todos” estabelece que a sociedade deve participar da construção da segurança pública. Adotar medidas de autoproteção e participação comunitária, oferecer denúncias e contribuir com informações que possam levar à prevenção e à prisão de criminosos são ações que fazem parte desse contexto, no qual se insere a responsabilidade dos cidadãos.

Os dados referentes ao aumento das denúncias tanto via 190, bem como por meio do serviço de Disque Denúncia pelo telefone 181, demonstraram, mediante dados estáticos, elevação em todos os períodos analisados, o que mostra uma participação efetiva da comunidade nas denúncias, propiciando aumento do número de ocorrências e de prisões ligadas aos crimes em que há envolvimento com drogas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreensão deste objeto de estudo – A evolução do tráfico e do uso de drogas em São João del-Rei e Santa Cruz de Minas no período de 2006 a 2010 –, buscou-se destacar conceitos propostos por autores modernos e literaturas recentes, que analisam o fenômeno nos contextos cultural, social, de saúde pública e econômico nos dias atuais. Foi feita uma análise cultural, social e criminal do fenômeno, suas transformações ao longo dos tempos e sua interação com a cultura humana.

As cidades foram estudadas em conjunto por serem conurbadas. Em virtude dessa característica, as interações criminais são comuns em ambas as cidades e, se estudadas em comum, facilitam o estudo e sua interpretação.

Durante o desenvolvimento do trabalho, foi possível constatar que a evolução numérica de combate aos delitos relacionados às drogas e outros delitos que normalmente possuem interligação criminosa com o tráfico teve um saldo positivo. Contudo, algumas considerações devem ser colocadas para reflexão, a fim de se proporcionarem melhorias futuras e condições favoráveis para que haja eficiência e continuidade na evolução ao combate do tráfico de drogas nas cidades abordadas e em toda a área do 38º BPM. Essas considerações serão feitas com base nos dados levantados e em entrevistas realizadas com outros integrantes dos órgãos do sistema de defesa social local.

Uma das considerações é o fato de que a maioria das autoridades entrevistadas destacou que deveria haver maior interação entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, na troca de informações e de desenvolvimento de ações conjuntas para o combate criminal, principalmente o que se caracteriza como proveniente de organizações criminosas, como é o caso do tráfico de drogas.

Há um esforço do Governo do Estado, que trabalha para que haja uma interação entre as polícias estaduais e os demais órgãos do sistema de defesa social. Como exemplo, cita-se a Integração da Gestão Segurança Pública (IGESP), em que todos os envolvidos responsáveis pela segurança pública se sentam à mesa para debater métodos e formas para implementar de maneira mais eficiente ações que possam permitir a atuação no combate à criminalidade. Essa reunião proporciona debater os resultados obtidos com essas interações e análise de seus resultados. Em SJDR, atualmente, a metodologia IGESP ainda não está funcionando.

Verifica-se que há um relacionamento amistoso e saudável entre as instituições policiais no 38º BPM, o que não ocorre em algumas localidades

lamentavelmente, pois, como dito por uma autoridade entrevistada, *“todos estão no mesmo barco”*. Para melhor interação operacional, verifica-se que deva haver maior imposição por parte do poder executivo estadual, propondo mudanças e determinando e criando mecanismos capazes de promover essa interação sem desvirtuar a função pública de cada Polícia.

Foi apontada por alguns dos entrevistados a necessidade de haver um policiamento ostensivo e preventivo nos locais conhecidos como de venda de drogas e nos locais de maiores incidência criminal. Embora tenha havido aumento de efetivo, ainda há necessidade de um número maior de policiais para fazer frente à demanda existente e para que haja manutenção dos índices alcançados entre 2006 e 2010.

Constatou-se, ainda, durante as entrevistas, sendo uma percepção do autor deste trabalho, que há necessidade de maior investimento tecnológico nas Polícias, tais como equipamentos, armamentos e meios mais modernos capazes de combater satisfatoriamente e acompanhar a evolução criminal. O que se observou é a necessidade do aumento de efetivo da Polícia Civil, para que possa investigar os delitos ocorridos sem que haja necessidade de priorizar os mais urgentes. Foi possível verificar a necessidade de aquisição de um suplemento bastante comum e eficaz no combate aos delitos relacionados às drogas, que são cães farejadores, que auxiliam a encontrar drogas com maior facilidade.

É possível apontar positivamente a atuação do serviço de inteligência do 38º BPM. Mesmo com várias limitações de efetivo e de recursos tecnológicos, a P/2 tem atuado de maneira positiva, auxiliando com levantamentos e na busca de informações, para que operações sejam desencadeadas com sucesso. O que se sugere é que haja uma interação entre os serviços de inteligência entre as duas Polícias do Estado, a fim de que, em conjunto, possam combater com mais eficiência os delitos criminais, principalmente os que envolvem drogas ilícitas.

Embora dados apontem que é crescente a criminalidade em todo o país, onde se banalizou até a vida, o que dirá do patrimônio individual, sendo que se usam jargões populares, como “luta de Davi contra Goliás”, “enxugar gelo” e “Sísifo e as políticas de segurança no Brasil”, para conceituar as políticas de combate criminal. É incontestável que a solução para diminuir a criminalidade passe por investimentos na educação, na cultura, em ações sociais, em melhor distribuição de renda e no combate à corrupção política e policial. Essas considerações proporcionam outro estudo. Portanto, fica-se apenas no ato de citá-las.

Positivamente, podem-se citar neste trabalho vários aspectos relacionados aos trabalhos e ações desenvolvidos pela PM nas localidades estudadas. Dentre os pontos positivos, pode-se destacar o ótimo relacionamento entre a PM, o PJ

e o MP. Essa parceria proporcionou condições de solicitar Mandados de Busca e Apreensão, que representam, hoje, a grande maioria das apreensões e prisões relacionadas às drogas. Com ações legítimas e dentro dos parâmetros legais, alcançou-se a confiança de juízes e promotores, que depositaram na instituição créditos em suas ações, transformando-se em ações conjuntas no combate ao crime.

Outra parceria de extrema importância é a participação da comunidade, que a cada ano oferece de maneira crescente denúncias anônimas capazes de proporcionar o aumento de prisões e o sucesso de apreensões, conforme aponta o Quadro 12. Essa confiança na Polícia se dá graças ao conceito que goza o 38º BPM frente a comunidade. A confiança depositada pela comunidade é fruto de outra parceria saudável, que se deu graças ao ótimo relacionamento com os meios de comunicação local, que sempre divulgam notícias das operações, dos crimes acontecidos e das dicas de segurança pública, de maneira ética e profissional, abstraindo-se de divulgações sensacionalistas com cunho apenas comercial de venda de jornais e notícias.

Outro fator muito importante foi a elevação da fração PM de Companhia em Batalhão. Essa elevação contribuiu para que houvesse maior investimento logístico e em recursos humanos nas cidades em estudo. Com essas melhorias, foi possível proporcionar aumento gradual e positivo no combate aos delitos de drogas.

Vale ressaltar, conforme o Gráfico 3, que destaca o fato de que, mesmo aumentando o número de apreensões e de prisões de drogas, traficantes e usuários respectivamente, a PM conseguiu diminuir vários outros delitos que podem aumentar quando se há um combate mais incisivo ao crime de tráfico. Além do aumento descrito, foi registrada diminuição de homicídios consumados e tentados, roubos e roubos à mão armada. Esses delitos podem representar ligação com os crimes relacionados às drogas, pois são formas de controle de pontos de vendas, de cobrança de dívidas por meio de homicídios e de financiamento do tráfico por intermédio de crimes contra o patrimônio. De maneira eficiente, a PM conseguiu combater o tráfico, com aumento de prisões e, concomitantemente, diminuir os crimes violentos.

Pode se considerar como situação que produz reflexos negativos no policiamento ordinário o grande número de eventos festivos que ocorrem em SJDR e nas cidades que pertencem ao 38º BPM. Mesmo ocorrendo em outras cidades, eles afetam o efetivo de SJDR, visto ser de onde é enviado reforço para elas. Para a realização de policiamento em eventos, normalmente é lançado o efetivo destinado ao patrulhamento ordinário, sendo reforçados, quando necessário, por policiais em horário de folga. Esse tipo de empenho policial diminui o número de militares

destinados ao policiamento preventivo. Essas festividades, por produzirem aglomeração, geram o aumento de conflitos, como brigas, agressões, furtos, roubos e outros delitos e, conseqüentemente, os registros de ocorrências.

Outro fator que deve ser considerado é o fato de a região possuir uma grande característica turística, que atrai pessoas ao longo de todo o ano, devendo ser considerados os turistas que visitam Tiradentes e se hospedam em SJDR e SCM pela proximidade entre as cidades.

Vale destacar a característica universitária que possui SJDR, que é sede da universidade federal que recebe o nome da cidade. Nos últimos cinco anos, a universidade aumentou o número de cursos e ampliou seus *campi*, elevando de seis mil para quase 12 mil alunos. Esse aumento de alunos trouxe alguns impactos econômicos para a cidade, sendo alguns positivos e outros negativos, conforme descrito no item 5.1.3.2.

Neste trabalho, não foi contemplada a relação entre os crimes relacionados às drogas e as características universitária e turística da região, por não haver bancos de dados que possibilitem essa analogia.

Embora considerado como um problema de saúde pública e com necessidade de envolvimento de diversos órgãos interdisciplinarmente para se atuar no combate ao uso e ao tráfico de entorpecentes, pode-se concluir como positivo o trabalho da PM com base no estudo da evolução dos crimes de tráfico e uso de drogas em SJDR e SCM no período de 2006 a 2010, devendo ser consideradas algumas observações apontadas, para que possam possibilitar uma continuidade positiva nesse trabalho e melhorar ainda mais esse combate.

REFERÊNCIAS

BIZZOTO, Antonieta G. A luta do craqueiro embarçado entre a fissura e a intoxicação. In: **Crack: um desafio social**. Org. Luiz Flávio Saporì & Regina Medeiros. Belo Horizonte: Ed PUC Minas, 2010. p. 125 - 144

BUQUERQUE, Bernardo Starling. "Idade doida a pedra": configurações históricas e antropológicas do crack na contemporaneidade. In: **Crack: um desafio social**. Org. Luiz Flávio Saporì & Regina Medeiros. Belo Horizonte: Ed PUC Minas, 2010. p. 13-37

CETLIN, Gustavo Satler. O tratamento ao usuário compulsivo de crack: fissuras no cotidiano profissional. In: **Crack: um desafio social**. Org. Luiz Flávio Saporì & Regina Medeiros. Belo Horizonte: Ed PUC Minas, 2010. p. 145-164

DESLANDES, Suely F. **Violência sob o olhar da saúde** – Drogas e vulnerabilidade às violência. Rio de Janeiro / RJ: Fiocruz, 2006.

ESCOHATADO, Antônio. **O livro das drogas** – uso e abuso, desafios e preconceitos. São Paulo: Dynamis, 1997.

FANTAUZZI, Gustavo dos Santos; AARÃO, Bruna de Fátima Chaves. O advento do crack no contexto político brasileiro. In: **Crack: um desafio social**. Org. Luiz Flávio Saporì & Regina Medeiros. Belo Horizonte: Ed PUC Minas, 2010. p. 81-101

MEDEIROS, Regina. Clínica e croni (cidade): impactos do uso/abuso de crack na configuração urbana e nos tratamentos da toximania. In: **Crack: um desafio social**. Org. Luiz Flávio Saporì & Regina Medeiros. Belo Horizonte: Ed PUC Minas, 2010. p. 165-218

MENDONÇA FILHO, Frederico Policarpo de. **Conflitos, direitos e Moralidades em perspectivas comparadas: O usuário e a nova lei de drogas: apontamentos preliminares para pesquisa**. Rio Comprido: Garamond, 2010. 2v.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Diretriz de Planejamento de Operações nº 3006/91** – CG. Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas. Belo Horizonte, 1991.

_____. _____. Diretriz para produção de serviços de segurança pública nº 03/2002 - CG (DPSSP nº 03/2002 CG). Regula a atuação da PMMG na prevenção ao uso e ao tráfico de drogas. Belo Horizonte, 2002. v. 1.

_____. _____. Diretriz para produção de serviços de segurança pública nº 3.01.03/2010 CG (DPSSP nº 3.01.03/2010 CG). Regula a atuação da PMMG na prevenção da demanda e da oferta de drogas. Belo Horizonte, 2010. v. 1.

PAIXÃO, Antônio Luiz. **Drogas e cidadania** – Problemas Sociais, Políticas Públicas. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SAPORI, Luiz Flavio; MEDEIROS, Regina (Org.). **Crack: um desafio social**. Belo Horizonte: Puc Minas, 2010.

_____; SENA, Lúcia Lamounier; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da. A relação entre o crack e a violência urbana na região metropolitana de Belo Horizonte. In: **Crack: um desafio social**. Org. Luiz Flávio Saporì & Regina Medeiros. Belo Horizonte: Ed PUC Minas, 2010. p. 38-80

VIEIRA, Radamés Andrade. As injunções da pedra. In: **Crack: um desafio social**. Org. Luiz Flávio Saporì & Regina Medeiros. Belo Horizonte: Ed PUC Minas, 2010. p. 102-124

ZALUAR, Alba. **Insegurança Pública** – Violência: questão social ou institucional? São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

_____. **Integração Perversa: Pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

AUTORES CONSULTADOS

ADORNO, Sergio *et al.* Políticas Públicas de Segurança e Justiça Penal. **Cadernos Adenauer: Segurança Pública**, São Paulo, v. 4, n. 9, p. 9-26, 2008.

AVELINO, Victor Pereira. A evolução do consumo de drogas: aspectos históricos, axiológicos e legislativos. **Revista Jus Navigandi**. [on line]. 2009. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=14469>>. Acesso em: 12 abr. 2010.

DOWDNEY, Luke. **Insegurança Pública** – De aviõzinhos a soldados: o crescente envolvimento de crianças nas lutas de grupos armados do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

MORAES, Paulo César de Campos. **Drogas e Políticas Públicas**. Criminalização, mercado e controle de drogas. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SITES CONSULTADOS

<<http://www.webartigos.com/articles/41973/1/O-USO-DE-DROGA-SEGUNDO-A-BIBLIA/pagina1.html#ixzz1JvB8jLmq>>. Acesso em: 19 abr. 2011.

<<http://www.angelfire.com/on/drogas/psoquesao.html>>. Acesso em: 19 abr. 2011.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em: 10 abr. 2011.

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Crack>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

<<http://www.impacto.org/drogas/art1.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

<<http://www.saojoaodelrei.mg.gov.br/?Pagina=historia>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

<<http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pplan/moema/ufsjemnumeros1semestre2010.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

<<http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao1/artigo1.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

<<http://www.saojoaodelreitransparente.com.br/organizations/view/33>>. Acesso em: 23 ago. 2010.

<<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,brasil-tem-162-milhoes-em-situacao-de-pobreza-extrema-aponta-ibge,714242,0.htm>>. Acesso em: 23 ago. 2010.

ANEXOS

ANEXO 1

Conceituação de termos

Os conceitos e termos utilizados foram extraídos da Diretriz de Planejamento de Operações nº 3006, de 1991. O referido documento foi atualizado em seus conceitos operacionais. Contudo, vale destacar que os termos e conceituações nele existentes, no que diz respeito aos conceitos e tipos de drogas legais e ilegais, são atuais e vale inseri-los neste trabalho.

Droga

Substância que, administrada no organismo vivo, produz modificações em uma ou mais de suas funções. Pode ou não causar dependência física ou psíquica. O termo será usado para designar as substâncias que causem dependência.

Tóxico

Substância que envenena, que faz mal ao organismo. Popularmente, usa-se para designar as drogas de uso indevido.

Entorpecente

Substância que, ingerida ou absorvida, produz ebriedade ou particular transtorno psíquico, caracterizado pela exaltação da fantasia ou da excitabilidade psicossensorial, obscurecimento da consciência, deficiência das faculdades de juízo e de raciocínio e enfraquecimento dos poderes inibitórios, criando propensão à dependência psíquica ou física.

Tranquilizantes

São calmantes, drogas de efeito inibitório, que deprimem as tensões emocionais e diminuem a capacidade psíquica. São chamados de psicolépticos, estando entre eles os barbitúricos, cujos produtos comerciais mais conhecidos são: luminal, nembital, amplictil, emperezin e librium.

Estimulantes

São drogas que provocam estado de alerta, eliminando a fadiga e o sono. São chamados psicoanalépticos, constituídos basicamente pelas anfetaminas: pervitin, dexamil, bezedrin e cocaína.

Alucinógenos

São aquelas substâncias que, ingeridas, causam delírios, alucinações e euforia e desestruturam a personalidade do dependente. Os mais conhecidos são o LSD (Ácido Lisérgico), o STP (Serenidade, Tranquilidade e Paz), a Mescalina, a Psilocibina, a cocaína e a maconha.

Síndrome de abstinência e privação

É o quadro sintomático que se manifesta quando a droga é interrompida abruptamente do indivíduo dependente fisicamente.

Dependência

É um estado de necessidade física e/ou psicológica de uma ou de mais drogas, resultante de seu uso continuado ou periódico.

Dependência física

Refere-se a um estado fisiológico anormal, produzido pelo uso repetido da droga, tornando necessário o seu uso contínuo, para evitar o aparecimento da síndrome de abstinência.

Dependência psicológica ou psíquica

É a vontade que induz o indivíduo a tomar, periodicamente, uma determinada droga, por atingir uma sensação de satisfação ou para evitar mal-estar.

Alcaloide

É qualquer das substâncias de um extenso grupo encontrado nos vegetais, em geral nitrogenados, heterocíclicos, básicos e com pronunciada ação fisiológica sobre os animais e as pessoas.

Tolerância

É a necessidade que tem o dependente de tomar a droga em doses maiores ou em intervalos menores, para obter os mesmos efeitos das doses iniciais.

Medicamento

É toda substância e/ou produto industrializado; ou seja, o fármaco em sua forma farmacêutica e pronto para ser dispensado ao público, com a finalidade preventiva ou curativa.

Overdose

Caracteriza-se quando o usuário de drogas faz uso, de uma única vez, de quantidade além do que o seu organismo, nas condições normais, suportaria. Também ocorre quando ele faz uso de vários tipos de drogas ao mesmo tempo, causando colapso orgânico.

Classificação das drogas**Narcóticos ou Entorpecentes ou Estupefacientes****Ópio**

É uma substância entorpecente da qual se extraem mais de 20 alcaloides, quase todos ainda empregados na medicina, sob prescrição médica. É extraído da cápsula da semente da papoula, cujo nome científico é “papaver somniferum linné”, planta cultivada em grande escala na Turquia, Laos, Tailândia, Birmânia, Egito, Índia e México.

O suco leitoso, depois de seco ao ar livre, constitui uma massa pardacenta e pastosa.

Contém o ópio um poderoso analgésico que serve de preparação para outras drogas medicinais. No Brasil, o consumo é praticamente nulo. Apenas um grama de ópio no organismo do usuário é suficiente para desaparecer a dor, e grandes quantidades provocam entorpecimento, apresentando dependência física e/ou psíquica. Seus principais alcaloides são a “Morfina”, a “Heroína” e a “Codeína”. O Elixir Paregórico é um antidiarreico produzido pela medicina a partir do ópio.

Morfina

Foi descoberta em 1806 por Frederick Sturmer. É o principal alcaloide do ópio, podendo ser encontrada em forma de tabletes, em cubos, como os da sacarina, ou acondicionada em pequenos frascos rotulados com nomes diferentes, mas sempre fazendo referência à morfina.

O tempo necessário para que uma pessoa se torne dependente em morfina é variável e depende da reação orgânica de cada um. Por essa razão, há um grande cuidado do médico no sentido de prescrever drogas somente em casos excessivamente graves, praticamente por doenças incuráveis, quando passam a ser empregadas sem restrições.

A morfina, embora possa ser usada por via oral, é mais comumente utilizada sob forma de injeção, em razão da maior rapidez com que seus efeitos se manifestam. Exerce uma ação narcótica no organismo, provocando analgesia (ausência de dor) e sono profundo.

Heroína

É um alcaloide preparado da morfina refinada, podendo se apresentar em forma de tabletes e cubos ou ainda em pó cristalino esbranquiçado. É um soporífero que tem características de ser muito leve, sendo gradualmente acondicionado em cápsulas de gelatina resguardada em recipiente à prova d'água.

O seu uso se dá pela dissolução em água ou por meio de injeção, aplicada em qualquer músculo, ou ainda intravenosa, quando se deseja efeito rápido. As veias mais preferidas pelos usuários são as do braço, costas da mão, peito do pé e curvatura da perna, podendo ser aplicada pelos próprios usuários.

É administrada via oral ou inalada. O usuário, após a aplicação, se torna estimulado, eufórico e autoconfiante. Todas as funções orgânicas do usuário (respiração, digestão, batimentos cardíacos, reações mentais) sofrem redução em suas atividades normais.

Codeína

Este é outro alcaloide do ópio, derivado da morfina, mais comumente usado como xarope para tosse. A codeína é usada do mesmo modo que a morfina e a heroína, mas é menos viciadora e menos potente para produzir atos eufóricos, e tem um efeito analgésico duas vezes menor do que o da morfina. Quando ocorrem sinais de abandono do seu uso, estes não são tão severos como os da morfina e heroína.

Hoje, o seu uso se dissemina cada vez mais entre os jovens, pois a aquisição de um xarope é muito fácil nas farmácias brasileiras.

Xaropes

Alguns xaropes contra a tosse contêm em sua fórmula codeína ou uma substância sintética chamada zipeprol. Usados em dosagem alta, podem levar o indivíduo à dependência, provocando sensações de embriaguez, excitação e indiferença ao meio ambiente. O usuário de xarope é denominado de “boi”, daí ser conhecido por “boiadeiro”. Alguns desses xaropes estão proibidos de fabricação e circulação pelo Ministério da Saúde.

Mepiridina ou Peditina

É um narcótico de síntese dos mais conhecidos e usados. Assim, é chamado por ter sua produção exclusiva em laboratórios. Tal qual as outras drogas, pode levar à dependência, inclusive a física. O produto da medicina mais conhecido é o Demerol.

Depressores

Barbitúricos

São medicamentos derivados do ácido barbitúrico ou malonil ureia. São mais usadas as “pílulas para dormir”. Têm vários usos médicos úteis e importantes, além do combate à insônia. Em dose fraca, são sedativos e servem para combater ansiedade e mesmo hipertensão. Alguns são usados para controlar convulsões, como a epilepsia, por exemplo.

É comum que o abuso de barbitúricos comece por prescrição médica, para combater a insônia. Se o uso continua, vai aparecendo tolerância, o que obriga o

usuário a ir aumentando a dose. Já não dorme com um só comprimido. No fim de certo tempo, aparece a dependência física, isto é, o indivíduo não consegue dormir mais sem a sua dose de barbitúricos. Continuando o uso, pode chegar à dependência física.

Provocam estado de confusão mental, levando o usuário a tomar doses superiores às desejadas. Além disso, seus efeitos tóxicos são aumentados pelas bebidas alcoólicas.

A síndrome de abstinência produzida pelo medicamento costuma ser mais grave e perigosa do que aquela provocada pelos narcóticos, podendo levar o indivíduo à morte.

Benzodiazepinas

São medicamentos que, se usados fora das especificações, sem o acompanhamento médico e além da necessidade para cada caso, podem causar dependência, com graves efeitos deprimidos.

O Válium, por exemplo, é usado contra a ansiedade, sendo que seu uso continuado pode provocar dependência, levando a um efeito devastador, caracterizado por desespero, extrema tristeza, frequentemente acompanhada de diminuição da atividade física e mental.

Soluções voláteis

São produtos que vaporizam facilmente na temperatura ambiental. Muitos são usados para derreter certos tipos de colas, que já são tóxicos, como a cola de sapateiro. Outros entram na constituição de produtos de higiene e limpeza. Estão entre eles os lança-perfumes e o gás freon de geladeira.

O consumo é em razão da maior facilidade de aquisição e a venda praticamente não sofre restrições. Os consumidores têm idade extremamente baixa, entre oito e 12 anos, e são provenientes das camadas mais pobres da sociedade.

Os problemas atingem maior gravidade, porque os jovens são pobres, subnutridos e anêmicos, e a depressão da medula óssea (onde se produz grande parte do sangue do organismo) e a falta de apetite tendem a exacerbar o caso.

Clorofórmio e éter

São medicamentos de uso medicinal, mas, se cheirados de forma pura, podem levar a pessoa à dependência das drogas. Normalmente, são usados no início por jovens e adolescentes. Não sofrem restrições para aquisição.

Destilados (álcool)

O álcool é uma bebida que afeta o sistema nervoso central e é obtido da cana-de-açúcar, da beterraba, da batata e outros, mediante processo de destilação. Nossa sociedade incentiva o seu uso não só por meio do comércio, como dos costumes e hábitos sociais.

O álcool não é um estimulante, mas, sim, um depressor. O primeiro ato no cérebro é deprimir a área que controla o pensamento e o juízo; por isso, ficam alteradas as funções de raciocínio e decisão.

Uma pequena quantidade geralmente não prejudica um adulto, mas grandes quantidades e em altas concentrações produzem efeitos danosos à saúde física e psíquica.

Um dos grandes problemas do álcool é quando ele é associado a outras drogas, notadamente as anfetaminas. Causa dependência física e psíquica.

Estimulantes

Cocaína

Princípio ativo que se extrai da planta "coca", um arbusto sempre verde, cultivado na Bolívia, Peru, Colômbia, Java, Ceilão e Formosa. O mais importante da coca é a folha. A cocaína é uma substância estimulante. Outrora, foi utilizada na classe médica como poderoso analgésico, mas, hoje, é substituída por outros igualmente eficazes, que não causam dependência.

Produz forte dependência psíquica, aumenta e distorce a percepção, causando excitação e alucinação. Não causa dependência física, nem tolerância.

Com o uso da droga, o indivíduo sente uma grande euforia e êxtase, que pode atingir as raízes da paranoia. Tem mania de perseguição, insônia, ansiedade, formigamento da pele e outros sintomas.

Anfetaminas

Vulgarizadas sob o apelido de bolinhas, são compostos químicos sintéticos, representados pela benzedrina, metedina e dexedrina.

São utilizadas na medicina, para combate às depressões nervosas, melancolia e intoxicações. Entretanto, o abuso no seu uso a transformou numa perigosa droga. Foram muito usadas durante a guerra, a fim de manter os pilotos acordados.

O Pervintin ainda é hoje usado por caminhoneiros para permanecerem acordados em viagem. Não levam à dependência física, mas criam uma dependência psicológica.

Similares de anfetaminas

São usados para fazer o indivíduo comer menos, com a finalidade de emagrecimento. Muito parecidos com as bolinhas ou anfetaminas, são também estimulantes do cérebro. Como ocorre nas anfetaminas, seu efeito supressor do apetite eventualmente desaparece, e a pessoa deveria interromper o uso. Pode causar pressão alta, palpitação, taquicardia, agitação, tonturas, dores de cabeça, tremores, diarreia, distúrbios gástricos etc.

Crack

O seu aparecimento ocorreu nos EUA no início da década de 1980. É uma forma cristalina de cocaína, que é fumada em vez de cheirada ou injetada. É feito pelo aquecimento de cocaína com outros produtos químicos, como o bicarbonato de sódio.

Normalmente, é vendido em pequenos frascos e, quando usado, produz uma curta e intensa excitação, que é seguida por forte necessidade de mais droga. É fabricado e traficado em pequena escala, o que dificulta a ação da Polícia.

Êxtase

A MDMA (3,4-metilenodioximetanfetamina), comumente chamada de êxtase, é uma droga sintética, ilegal e com potencial de gerar dependência. A MDMA possui propriedades estimulantes e alucinógenas, embora muito menos intensa quando comparada à maioria das drogas alucinógenas.

Sintetizada em 1912 e patenteada pela indústria farmacêutica alemã Erck, a MDMA foi criada com o objetivo de diminuir o apetite. No entanto, em função de sua baixa utilidade clínica, os estudos foram abandonados. Só no fim da década de 1970, a utilidade clínica da MDMA voltou a ser discutida, agora como um possível auxiliar do processo psicoterapêutico. No fim dos anos 1980, com o surgimento da cultura *clubber* e da música eletrônica, o êxtase passou a ser associado com esse novo conceito musical e começou a ser difundido na Europa. Logo após a ingestão, a MDMA distribui-se amplamente pelo organismo, chegando ao cérebro e intensificando a atividade de alguns neurotransmissores que atuam na regulação de humor, sono, dor e apetite.

Nicotina

A nicotina é um composto orgânico e é o principal alcaloide do tabaco. (alcaloides são compostos orgânicos nitrogenados provindos de plantas, que têm efeitos fisiológicos nos seres humanos). A nicotina está presente em toda a planta do tabaco, mas principalmente nas folhas, correspondendo a 5% em peso da planta. Tanto o tabaco (*Nicotiana tabacum*) quanto a nicotina foram denominados por Jean Nicot, um embaixador de Portugal, que enviou sementes de tabaco para Paris em 1550.

A nicotina em estado bruto já era conhecida em 1571, e o produto purificado foi obtido em 1828. A nicotina é um dos poucos alcaloides líquidos à temperatura ambiente. É um líquido incolor, inodoro e oleoso; quando exposta ao ar ou à luz, adquire uma coloração marrom e um odor característico do tabaco. A nicotina age de duas maneiras distintas: tem um efeito estimulante e, após algumas tragadas profundas, tem efeito tranquilizante, bloqueando o *stress*. Seu uso causa dependência psíquica e física, provocando sensações desconfortáveis na abstinência. Em doses excessivas, é extremamente tóxica: provoca náusea, dor de cabeça, vômitos, convulsão, paralisia e até a morte.

Alucinógenos

LSD

A dietilamida de ácido lisérgico apareceu em consequência de uma enfermidade vulgarmente conhecida como doença de “Santo Antão”. Essa doença foi

conhecida durante mais de cinco séculos na Europa. Mais tarde, foi relacionada com o centeio estragado, possuidor de fungo, conhecido como ergotina.

Estudada a ergotina, apareceu o componente básico: "Ácido Lisérgico". Em 1938, Albert Hofmann, da química Sandoz, chegou ao LSD, sem que percebesse qualquer indício das propriedades alucinógenas da droga; porém, em 1943, ao regressar do trabalho, Hofmann notou que fora tomado por estranha inquietação, apresentando ligeira lipotimia, sendo invadido por imagens fantásticas. É uma substância química alucinógena.

DMT

O Dimetil Triptamina é uma substância alucinógena de ação rápida, encontrada nas sementes de certas plantas nativas das Antilhas e áreas da América do Sul. A piptadenia peregrina (angico) é uma dessas plantas.

A semente dessa planta, triturada em pó, tem sido usada há séculos como rapé "cohaba" em cerimônias religiosas, a fim de produzir um estado de espírito, que os índios do Haiti afirmam deixá-los em condições de se comunicarem com os deuses. O DMT é produzido sinteticamente por laboratórios químicos clandestinos.

STP (Dimethoxianfetamina)

STP (Serenidade, Tranquilidade e Paz), como é popularmente conhecida, apareceu em 1973, com a promoção de ser mais forte que o LSD. Pouco se sabe de seus efeitos terapêuticos, farmacológicos e psicológicos. Contudo, doses de um a três miligramas podem causar pronunciados efeitos alucinógenos que duram de oito a dez horas.

Um dos estudiosos dessa droga afirma que ela é 200 vezes mais forte que a mescalina, mas que contém somente 10% da potência do LSD. A STP não se encontra na natureza, já que é sintetizada em laboratórios e tem aparecido no comércio ilegal em forma de comprimidos. É um alucinógeno.

Psilocibina

Derivada de certos cogumelos que crescem geralmente no México, a psilocibina foi sintetizada por volta de 1959, mas desde séculos era usada nos rituais dos indígenas americanos. No Brasil, existe uma dessas espécies de cogumelo, conhecido vulgarmente por "chapéu de cobra".

Mescalina

A mescalina, derivada dos botões do cacto-peiete, foi usada durante séculos por várias tribos indígenas da América Central e dos Estados Unidos. Devido à tradição, ainda hoje a Igreja Nativa Americana tem permissão legal para usar o peiete nas suas cerimônias religiosas naqueles países. Entre os índios, a droga era conhecida como uma dádiva divina, daí ser denominada de “manjar dos deuses”.

Cogumelos alucinógenos

Crescem no esterco de gado. Os usuários geralmente fazem com eles uma espécie de chá. Podem provocar alucinações, delírios e confusão mental.

Cannabis Sativa Linné

A planta do cânhamo, conhecida como *Cannabis Sativa Linné*, cresce de forma silvestre, praticamente em todas as regiões tropicais e temperadas do mundo. É uma espécie única.

A planta pode crescer até seis metros, dependendo da região. Sua cor é variável, do verde-claro ao verde-escuro, dependendo da idade da planta. Suas folhas são compostas de um número ímpar de folíolos, podendo ser três, cinco ou sete.

Concentram-se no Nordeste brasileiro as maiores plantações de cânhamo, que são colhidas, prensadas e transportadas para comercialização no Sul e Sudeste do país.

Atualmente, existem três tipos de drogas derivadas do cânhamo no mercado ilícito. São elas: maconha, haxixe e óleo de haxixe.

Maconha

O termo designa a planta do cânhamo ou qualquer parte do extrato da mesma que produza modificações somáticas ou psíquicas no homem. A maconha é uma substância semelhante ao fumo, produzida pela secagem das folhas e das partes superiores da planta em florescência, apresentando grande variedade quanto a sua potência, dependendo da origem e da seletividade do tipo de planta utilizada.

É interessante observar que a palavra maconha, que é usada apenas no Brasil, tem as mesmas letras que "cânhamo", apenas com disposição diferente.

Entre os 61 canabinoides sintetizados pela planta, encontra-se o Delta-9 – Tetrahydrocannabinol (THC), substância química especial, encontrada somente no cânhamo, à qual é creditada a maioria dos efeitos psicoativos característicos.

Os produtos do cânhamo podem ser administrados via oral. Todavia, relata-se que são cerca de três vezes mais potentes quando fumados.

A maconha, normalmente, é consumida em cigarro, que os usuários chamam do “fininho” ou “chinha”. Quando o cigarro está se acabando, é chamado de “beata”. A concentração de THC varia de 0,5 a 4,0%.

Haxixe

É uma forma concentrada de maconha. Trata-se de secreções resinosas, ricas em drogas, da planta do cânhamo, as quais são coletadas, secas e, em seguida, comprimidas em vários formatos, tais como bolas, bolos ou placas parecidas com biscoitos.

Surgiu no Oriente e foi trazida na primeira conexão da droga, quando do retorno de Marco Polo à Europa. No haxixe, a concentração de THC é bem maior, chegando a 10%.

Óleo de haxixe

O nome deriva da cultura da droga e constitui uma denominação imprópria, ao sugerir qualquer outra semelhança com o haxixe, que não o seu objetivo de maior concentração.

O óleo é produzido por meio de um processo de repetida extração de materiais da planta do cânhamo, que resulta num líquido viscoso, cujas amostras atuais contêm, em média, 20% de THC.

Em termos de seu efeito psicoativo, uma ou duas gotas, em um cigarro comum, é igual ao de um cigarro de maconha.

ANEXO 3

Imagem de satélite retirada do Google Maps, demonstrando a conurbação entre SJDR e SCM



ANEXO 4

Roteiro de entrevistas com autoridades do Sistema de Defesa Social de São João del-Rei.

ENTREVISTA COM AUTORIDADES

As questões abaixo são referentes às cidades de São João del-Rei e Santa Cruz de Minas.

1- Como o senhor analisa o combate ao Tráfico e ao Uso de Drogas realizado pelos órgãos do Sistema de Defesa social nestas cidades?

2- Como o senhor analisa as ações da PM nas ocorrências desse tipo de delito?

3- Como o senhor analisa a interação entre a PM e demais órgãos do sistema criminal, Poder Judiciário, Ministério Público e Polícia Civil no combate ao uso e ao tráfico de drogas?

4- As ocorrências da PM oferecem elementos probatórios suficientes para proporcionar a condenação dos acusados de tráfico de drogas?

5- Os depoimentos dos policiais militares requisitados como testemunhas nas audiências de instrução nos processos de tráfico de drogas possibilitam formar juízo suficiente de culpa dos réus envolvidos nesse tipo de delito?

6- Na opinião do senhor, há alguma coisa que pode ser melhorada pela PM no combate a esses tipos de delitos?

ANEXO 5

Reportagem publicada no Jornal O Grafite de tiragem semanal em data de 11 de julho de 2010

JORNAL O GRAFITE

DATA 11/07/2010

PM apreende drogas através de denúncias anônimas

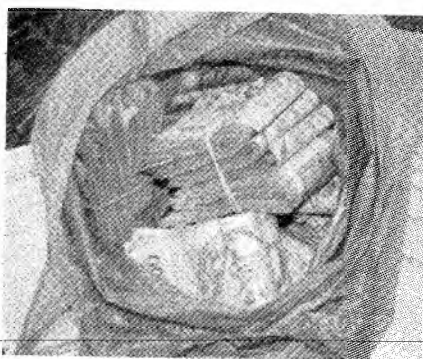
Na data de 06 de julho, em cumprimento a mandado de busca e apreensão, após varias denúncias ao serviço de disque denúncia, a Polícia Militar se deslocou até a residência de I.C.T, no Centro, próximo à Igreja do Carmo, onde após permissão da proprietária do imóvel foi realizada busca no interior do mesmo, tendo os Policiais encontrado no interior de um dos



quartos, que estava trancado, dentro de um guarda roupa: dois tabletes e meio de uma substância análoga a maconha, sendo um tablete de cor azul pesando aproximadamente 905grs, um tablete

cor verde aproximadamente com 924grs e meio tablete cor verde pesando 500grs e duas buchas que estavam atrás de uma TV. A Sra. I. C. T. disse que o referido quarto onde foi localizado as substâncias é de seu sobrinho F. L. T., que com ela reside e que no momento não se encontrava no local. As substâncias encontradas foram apreendidas e a dona da residência encaminhada à DEPOL.

PM cumpre mandado e apreende armas e dinheiro



Também na data de 06 de julho do corrente, em investigação à diversas denúncias acerca de possível tráfico de drogas e posse ilegal de armas, envolvendo o indivíduo D. R. V, a Polícia Militar, de posse de mandado de busca e apreensão, se dirigiu à residência do Sr. D. S. S., tio do investigado, tendo encontrado no interior da mesma um cofre que continha: uma

arma de fogo marca INA, com número 146025, carregada com 06 munições intactas, um coldre em couro com mais 11 munições intactas, uma sacola plástica contendo a quantia de R\$ 65.387,57 e uma caixa de metal contendo moedas. E ainda no interior da residência foi localizada outra arma de fogo, marca Taurus, calibre 38, descarregada e com a numeração raspada, tendo D. S. S, alegado que a arma fora encontrada em uma

obra nas proximidades da Igreja São José, mantendo-a em sua posse. Foi apreendido todo o material encontrado e dado voz de prisão a D. S. S, bem como ao indivíduo D. R. V, abordado em via pública, já que o mandado de busca e apreensão foi expedido em seu desfavor. Logo após D. R. V foi liberado, tendo em vista que seu tio, D. S. S, em seu depoimento, afirmou que o dinheiro apreendido era de sua propriedade.